

RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

PT



RELATÓRIO ANUAL DE 2020



Parlamento Europeu

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



705 lugares*



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu.

Os Estados Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União ao...



... serem informados e notificados pelas instituições da UE acerca dos respetivos projetos legislativos;



... garantirem o respeito pelo princípio da subsidiariedade;



... participarem nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e serem associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust;



... participarem nos processos de revisão dos Tratados da UE;



... serem informados dos pedidos de adesão à UE;



... participarem na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC) pode apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de boas práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

* A partir de 1 de fevereiro de 2020, o Parlamento Europeu tem 705 lugares, na sequência da saída do Reino Unido da UE a 31 de janeiro de 2020.

**DIREÇÃO DAS RELAÇÕES
COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS**

RELATÓRIO ANUAL DE 2020

**Relações entre o Parlamento Europeu e
os Parlamentos nacionais da UE**

O presente relatório anual de atividades da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais apresenta uma panorâmica de todas as atividades e de todos os desenvolvimentos no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em 2020. Esta cooperação contou com a participação de 39 parlamentos e assembleias nacionais dos 27 Estados-Membros, assim como o Parlamento Europeu.

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

Katrin RUHRMANN

Diretora

katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu

Pekka NURMINEN

Chefe de Unidade, Unidade da Cooperação Institucional

pekka.nurminen@europarl.europa.eu

Jesús GÓMEZ

Chefe de Unidade, Unidade do Diálogo Legislativo

jesus.gomez@europarl.europa.eu

Documento completado por:

Paraskevi CHAVAKI

Administradora, Unidade da Cooperação Institucional

paraskevi.chavaki@europarl.europa.eu

Documento concluído a 18 de março de 2021

relnatparl@europarl.europa.eu

<https://europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/news>

Todas as fotografias e ilustrações ©União Europeia, salvo menção em contrário.

RELATÓRIO ANUAL DE 2020

Prefácio das Vice-Presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE	8
I. As consequências da pandemia de COVID-19 para a cooperação interparlamentar	10
II. Principais desenvolvimentos e temas da agenda interparlamentar em 2020	13
a. Quadro político	13
b. Temas transversais	14
1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS	18
1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)	18
1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)	21
2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)	23
2.1 Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)	23
2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)	26
3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	29
3.1 Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol	29
3.2 Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust	32
3.3 Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (GEFC)	34
4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	35
4.1 Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)	35
4.2 Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo	38
4.3 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais	40
4.4 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu e outros intercâmbios bilaterais	42
5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE	43
5.1 O sistema de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados	43
5.1.1 Sistema de alerta precoce	43
5.1.2 Comunicações dos parlamentos nacionais da UE	44
5.1.3 Nota mensal sobre o ponto da situação	47
5.2 O diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados	48

6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	50
6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) _____	50
6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP) _____	52
6.3 Programas de apoio ao Parlamento na Presidência _____	55
6.4 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas _____	56
6.5 Seminários para o pessoal _____	57
7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO	59
7.1 Organização de reuniões à distância e videoconferências _____	59
7.2 CONNECT – a base de dados do Parlamento Europeu de documentos dos parlamentos nacionais _____	61
7.3 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom) _____	62
7.4 Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais _____	63
8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS	64
ANEXO	66
ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2020 _____	66
ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2020 _____	68
ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2020 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção) _____	69
ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce _____	71
ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal _____	73
ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP) _____	74
Glossário de termos e acrónimos _____	78

Prefácio das Vice-Presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE

Em janeiro de 2020, o Parlamento Europeu estava, finalmente, prestes a iniciar o seu primeiro ano da nova legislatura, na sequência das eleições europeias de 2019. Com o futuro em mente, o Parlamento estava pronto para enfrentar uma multiplicidade de desafios, desde o planeamento do orçamento para os próximos sete anos e a conceção da futura relação da UE com o Reino Unido depois do Brexit, até ao desenvolvimento de uma política ambiental sustentável e ao estabelecimento de relações com parceiros em todo o mundo.



Dita Charanzová, vice-presidente do PE, e Roberta Metsola, primeira vice-presidente do PE, instalações do PE em Bruxelas. © União Europeia 2021 – PE/Alain ROLLAND

Nessa altura, ninguém poderia imaginar o que se avizinhava: uma pandemia causada pelo vírus COVID-19 que afetaria todos os países em todo o mundo; tragédias humanas e sanitárias, bem como crises económicas e sociais provocadas por confinamentos; medidas sanitárias e de higiene necessárias para combater o vírus. Ninguém poderia imaginar até que ponto é que a nossa vida quotidiana, a nossa liberdade e o nosso comportamento mudariam no espaço de apenas algumas semanas.

A partir de março de 2020, todos os parlamentos tiveram de reagir com rapidez à nova realidade da pandemia. Os parlamentos tiveram de garantir a saúde e a segurança dos respetivos deputados e do seu pessoal, bem como a continuidade de funções essenciais como a legislação e as decisões orçamentais. A criação de redes interparlamentares e o intercâmbio de práticas sobre a forma de enfrentar a nova situação, tanto em termos de procedimentos parlamentares, como administrativos, têm sido instrumentos eficazes e valiosos para gerir a crise nos parlamentos.

As atividades interparlamentares só foram suspensas no início da pandemia. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos foi cancelada e a Presidência croata teve de enfrentar desafios sem precedentes, embora tenha conseguido que as reuniões interparlamentares fossem retomadas com a primeira reunião dos Presidentes da COSAC organizada à distância, em junho de 2020, e uma reunião adicional dos presidentes com Michel Barnier, negociador principal do Acordo Comercial UE-Reino Unido. Durante a Presidência alemã, as atividades interparlamentares voltaram a acelerar, com a realização à distância de todas as reuniões habituais, tendo inclusive sido realizadas reuniões adicionais dos presidentes da COSAC com os comissários.

O Parlamento Europeu também teve de se adaptar com extrema rapidez às novas formas de trabalho e de mobilizar recursos logísticos consideráveis para assegurar a continuidade das atividades parlamentares (e interparlamentares). O Parlamento Europeu retomou as atividades interparlamentares, desta vez organizado à distância, com o grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol. A este evento seguiram-se várias reuniões interparlamentares de comissões realizadas à distância, nomeadamente a primeira sobre a avaliação da Eurojust, e uma conferência de alto nível

sobre migração e asilo, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento da Presidência, em cooperação com os outros dois parlamentos do Trio de Presidências.

O Parlamento Europeu cooperou de forma ainda mais estreita com os parlamentos da Presidência, com vista a adaptar os formatos e as ordens do dia das reuniões às necessidades das reuniões à distância. O empenho e a determinação das presidências croata e alemã, bem como do Parlamento Europeu, incluindo o de todo o pessoal, permitiram o regresso ao habitual programa ambicioso e de elevada qualidade de atividades interparlamentares, apesar das circunstâncias extraordinariamente difíceis.

As instituições da UE têm sido fortes e demonstrado resistência nesta crise. O processo decisório europeu a todos os níveis foi garantido e os resultados estiveram à altura. Foram tomadas decisões sobre o futuro orçamento da UE e o financiamento da recuperação da UE, nomeadamente disposições relativas ao respeito pelo Estado de Direito, e foi instituído um sistema viável de recursos próprios para o futuro. Estes temas foram também objeto de um debate intenso em reuniões interparlamentares.

A Conferência sobre o Futuro da Europa foi outro assunto debatido com regularidade em reuniões interparlamentares. Este tema estará certamente no centro das atividades e dos debates interparlamentares em 2021. Os parlamentos nacionais desempenharão um papel fundamental no debate sobre a definição do futuro da Europa.

Congratulamo-nos com o reforço da cooperação interparlamentar em assuntos relacionados com a ação externa da UE. O Parlamento Europeu coloca a ênfase no acompanhamento do impacto da crise nas instituições democráticas em todo o mundo. Esperamos também relançar a nossa tradicional parceria transatlântica, reforçar o nosso papel de interveniente mundial a nível internacional, em especial nas regiões vizinhas, bem como desenvolver uma relação nova e proveitosa e intensificar a cooperação com o Parlamento do Reino Unido.

O ano de 2020 mudou radicalmente o nosso modo de trabalhar e teremos de retirar as devidas lições das nossas experiências durante este ano excecional. De um modo geral, a tecnologia tem funcionado bem e reforçámos a nossa experiência com métodos de trabalho virtuais. No entanto, estamos persuadidos de que as relações interparlamentares assentam, em grande medida, em relações pessoais e que as reuniões interparlamentares não podem ser substituídas por videoconferências. As reuniões presenciais têm uma dinâmica e um significado diferentes, e esperamos reunir presencialmente, logo que possível. Evidentemente que tal não exclui a possibilidade de as reuniões à distância continuarem a ser utilizadas como mais um formato de reunião, sempre que se revelem úteis.

Gostaríamos de agradecer a Mairead McGuinness, antiga primeira Vice-Presidente, pela sua dedicação e pelo seu contributo para as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais até à sua eleição para a Comissão Europeia, em setembro de 2020.

O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE continuam a ser parceiros decisivos na definição do futuro da Europa. Estamos empenhados em prosseguir a nossa estreita cooperação em todos os domínios de interesse comum e em garantir o bom funcionamento da democracia parlamentar a todos os níveis, na Europa e não só.



Roberta Metsola
Primeira vice-presidente



Dita Charanzová
Vice-presidente

I. AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Em termos de atividades interparlamentares, o início de 2020 foi igual ao de qualquer outro ano. A reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares dos Assuntos da União (COSAC) teve lugar em janeiro de 2020, em Zagrebe, abrindo o ciclo de eventos planeado pela Presidência croata. Em fevereiro de 2020, o Parlamento Europeu acolheu nas suas instalações, em Bruxelas, mais de 100 deputados de diferentes Estados-Membros no âmbito da Semana Parlamentar Europeia. A Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, realizada em Zagrebe (2-4 de março), foi a última reunião interparlamentar realizada em formato presencial em 2020.

Logo após essa reunião, a situação da COVID-19 começou a agravar-se seriamente na Europa e foram tomadas medidas excepcionais em todo o lado para conter a propagação do vírus. No Parlamento Europeu, o Presidente David Sassoli anunciou, a 2 de março, o cancelamento de mais de 130 eventos previstos nas instalações do Parlamento Europeu, que teriam contado com a presença de 6000 a 7000 participantes. As portas do Parlamento Europeu ficariam também encerradas aos visitantes.

O aumento das infeções foi rápido e a epidemia atingiu o mundo inteiro. A decisão do Presidente de não autorizar eventos com visitantes externos foi prorrogada nos meses seguintes, até ao final de 2020. Todos os tipos de eventos foram cancelados, suspensas as visitas e as viagens e o pessoal (e, ocasionalmente, os deputados) foi convidado a trabalhar a partir de casa¹. Por conseguinte, todas as reuniões interparlamentares presenciais organizadas pelo Parlamento Europeu entre março e dezembro de 2020 foram canceladas, adiadas ou substituídas por reuniões à distância.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, agendada para maio de 2020, em Helsínquia, foi igualmente cancelada. A reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) sobre Europol, igualmente marcada para março de 2020, foi substituída por um intercâmbio de informações escrito, por via eletrónica.

Não obstante, os trabalhos parlamentares prosseguiram. Embora as sessões à distância tenham continuado a ser a exceção e não a regra para os parlamentos nacionais, foram feitos os ajustamentos necessários para permitir que os deputados examinassem e votassem nova legislação, em grande parte relacionada com a emergência sanitária.² O Parlamento Europeu adotou um calendário revisto de sessões, a primeira das quais para tratar de assuntos legislativos urgentes. Aos deputados foi dada a possibilidade de participarem presencialmente ou por videoconferência. Foram igualmente tomadas medidas para possibilitar a votação por correio eletrónico. No hemiciclo fora aplicadas medidas de distanciamento social.³

O Parlamento Europeu, bem como as presidências croata e alemã do Conselho, adaptaram os seus programas, tanto quanto possível. A organização de eventos interparlamentares prosseguiu a um ritmo bastante intenso, especialmente durante o segundo semestre de 2020. A continuidade das

1 https://europarl.europa.eu/cmsdata/226105/WEB_No.27_National_Parliaments_procedures_following_COVID-19.pdf

2 Também devido à epidemia de COVID-19, um parlamento nacional reuniu-se pela primeira vez no hemiciclo do Parlamento Europeu: Devido à necessidade de respeitar as medidas de distanciamento social, os 150 deputados do Parlamento belga não se puderam reunir no seu hemiciclo habitual. O debate sobre o novo acordo governamental e a respetiva ratificação tiveram lugar no outono de 2020, nas instalações do Parlamento Europeu.

3 https://europarl.europa.eu/cmsdata/226110/No.32_State_of_COVID-19_measures_in_Parliaments.pdf

atividades foi possível através da adaptação dos formatos, das ordens do dia e dos procedimentos das reuniões. Foram utilizados procedimentos escritos e as reuniões tornaram-se virtuais, mais curtas e mais frequentes. A adoção de textos políticos, que são normalmente objeto de intensas negociações durante as reuniões, foi abandonada ou substituída por outros procedimentos. Embora a cooperação no âmbito da COSAC tenha prosseguido à distância, foi necessário decidir em conjunto alguma flexibilidade no que toca ao Regimento, que não prevê tais circunstâncias excecionais. Por exemplo, a Presidência croata decidiu substituir a reunião plenária da COSAC por uma reunião extraordinária de presidentes, tendo a Presidência alemã realizado uma «COSAC virtual» para concluir o seu programa da Presidência. Em ambos os casos, os serviços de interpretação foram reduzidos, devido às limitações técnicas das reuniões à distância, não se tendo procedido à adoção de textos. Em alguns casos, os textos políticos foram substituídos por conclusões dos presidentes (Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa) ou por uma carta da Presidência, aberta à assinatura (COSAC).

As circunstâncias políticas em 2020 geraram uma maior necessidade de debates urgentes. No âmbito da COSAC e da Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD), a Presidência alemã tomou a iniciativa de acrescentar «debates urgentes» (ou «Aktuelle Stunde» na COSAC virtual) à ordem do dia. O objetivo era o de proceder a um intercâmbio de pontos de vista mais espontâneo, num contexto político em constante mutação. Os temas estiveram, com frequência, relacionados com as políticas externas da UE, uma tendência que é capaz de continuar.

Em setembro de 2020, o Parlamento Europeu retomou a organização de atividades interparlamentares com o grupo de controlo parlamentar conjunto da Europol, desta feita à distância. A esta reunião seguiram-se quatro reuniões interparlamentares de comissões (RIC) realizadas à distância, nomeadamente a primeira sobre a avaliação da Eurojust, e, em novembro, uma Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo, coorganizada pelo Parlamento da Presidência (Alemanha), em cooperação com os outros dois parlamentos do Trio de Presidências (Portugal e Eslovénia), que teve lugar em Bruxelas.



Realizou-se o mesmo número de RIC que em 2019, o que já era ligeiramente inferior ao habitual devido às eleições europeias. Cumpre igualmente salientar que se registou um aumento na participação dos deputados dos parlamentos nacionais em 2020, muito provavelmente devido à possibilidade de poderem participar à distância. As restrições de viagem implicaram a organização de muito poucas reuniões bilaterais no início de 2020 e todas as reuniões bilaterais foram realizadas online após março de 2020.

O número de contributos ao abrigo dos Protocolos n.º 1 e n.º 2 foi também ligeiramente inferior ao de um ano legislativo normal, mas, ainda assim, superior ao de 2019. Em vários casos, a necessidade de reagir rapidamente à pandemia levou a que o período de oito semanas reservado ao controlo da subsidiariedade não pudesse ser respeitado e o tratamento das propostas legislativas foi acelerado.

A pandemia marcou igualmente um salto digital, não só do ponto de vista técnico, mas também em termos de comportamento e atitudes das pessoas, levou a que fossem encontradas rapidamente soluções para as reuniões à distância e aumentou a disponibilidade de deputados e oradores de alto nível para participarem à distância. As reuniões também passaram a ser mais curtas e os debates mais intensos. Algumas destas experiências positivas poderão ser mantidas no futuro e conduzir a diálogos mais ad hoc, por exemplo, entre os relatores do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, ou entre os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados aos parlamentos nacionais com papéis institucionais semelhantes, nomeadamente, os presidentes das comissões que partilham as mesmas pastas ou os vice-presidentes.

Para além desta evolução a nível político, a crise sanitária também resultou num maior intercâmbio (escrito) de informações online e por via eletrónica entre os parlamentos, em especial no âmbito das redes CEIDP e IPEX⁴.

4 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP) e Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX).

II. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E TEMAS DA AGENDA INTERPARLAMENTAR EM 2020

a. Quadro político

O trabalho da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais foi conduzido e orientado politicamente por David Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu, Mairead McGuinness, na qualidade de primeira Vice-Presidente, juntamente com a Vice-Presidente Dita Charanzová, responsável pelas relações com os parlamentos nacionais, e Antonio Tajani, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e da Conferência dos Presidentes das Comissões. Em meados de novembro de 2020, Roberta Metsola foi eleita primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu em substituição da Deputada McGuinness, nova Comissária responsável pelos serviços financeiros, estabilidade financeira e união do mercado de capitais.

Previa-se que 2020, o primeiro ano completo da presente legislatura, fosse um ano politicamente difícil, mesmo sem a pandemia. Os temas a tratar eram extremamente importantes e estavam relacionados com a Agenda Estratégica do Conselho Europeu e as novas prioridades da Comissão, aprovadas pelo PE quando confirmou a nova Comissão no final de 2019. O acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) com toda a legislação que lhe está associada, a conclusão da nova parceria entre a UE e o Reino Unido, o Pacto Ecológico Europeu e a agenda digital, bem como o lançamento da Conferência sobre o Futuro da Europa, já figuravam nas ordens do dia das reuniões interparlamentares. O reforço do papel da UE enquanto interveniente a nível mundial foi outro dos temas importantes a debater em muitos fóruns interparlamentares.

A partir de março de 2020, a pandemia tornou-se mais um tema inevitável em muitas reuniões. Os parlamentos trocaram pontos de vista e experiências sobre as medidas de combate à propagação do vírus e sobre a forma de preservar as funções essenciais dos parlamentos e o trabalho parlamentar durante os tempos difíceis provocados pela pandemia.

O Estado de Direito na UE foi outro tema sobre o qual se realizaram intensos debates em 2020. Este debate esteve, em parte, relacionado com o QFP e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que foi criado para atenuar os efeitos sociais e económicos a longo prazo da pandemia. Os desafios em matéria de segurança e migração foram também fortemente agravados pela crise e foram discutidos em reuniões e debates interparlamentares.



Reunião, por videoconferência, da Conferência dos Presidentes do PE e de David Sassoli, presidente do PE, com Wolfgang Schäuble, presidente do Bundestag, em maio de 2020. © União Europeia 2020 – PE/Daina LE LARDIC

b. Temas transversais

Tradicionalmente, a cooperação interparlamentar debruça-se sobre assuntos e debates políticos e institucionais. O sistema de alerta precoce, que liga os parlamentos nacionais ao processo legislativo da UE através do controlo da subsidiariedade, desencadeou um amplo diálogo legislativo que vai muito para além da subsidiariedade. Nos últimos anos, o controlo parlamentar e a supervisão da ação executiva e das agências europeias foram igualmente objeto de atenção, em particular no domínio da justiça e dos assuntos internos. Está ainda a desenvolver-se a cooperação parlamentar no domínio das políticas externas da UE, em particular no âmbito da PESC/PCSD, mas também da diplomacia parlamentar, do apoio à democracia e da cooperação em fóruns multilaterais, e até mundiais, para defender os valores e interesses europeus.

Em 2020, foram abordados os seguintes temas recorrentes em vários fóruns interparlamentares e debates bilaterais:

i. A Conferência sobre o Futuro da Europa

Já em dezembro de 2019, a Comissão e o Parlamento Europeu propuseram organizar uma conferência para refletir sobre o papel da UE num contexto internacional em permanente mutação e sobre as adaptações necessárias para fazer face às realidades do século XXI. A pandemia serviu para destacar de forma mais clara do que nunca a necessidade urgente de introspeção e de debate sobre a reforma e a renovação da UE.

O Parlamento Europeu adotou duas resoluções em 2020, em janeiro e em junho, referentes à Conferência sobre o Futuro da Europa⁵. Os deputados solicitaram ao Conselho que demonstrasse abertura relativamente a reformas impulsionadas pela Conferência, nomeadamente no que toca a alterações ao Tratado. O Parlamento Europeu assumiu o compromisso de dar início à Conferência o mais depressa possível e estava preparado para o fazer em 2020. Os deputados salientaram que a crise sanitária suscitou outros assuntos para reflexão: reforço das competências da União para agir em caso de ameaças sanitárias transfronteiriças; novos instrumentos para garantir que, no futuro, a União possa agir sem demora em caso de crise, para coordenar, organizar a solidariedade ou reagir a ataques aos direitos fundamentais.

Desde 2019, os parlamentos nacionais têm demonstrado uma forte vontade de participar na Conferência, o que foi sublinhado em várias ocasiões em 2020, em especial no quadro da COSAC. Naturalmente, os parlamentos nacionais têm um papel crucial a desempenhar, tanto na ligação com os cidadãos, em conjunto com o Parlamento Europeu, mas também formalmente no caso de alterações ao Tratado. A Presidência alemã defendeu uma forte participação dos parlamentos nacionais. Tanto a Presidência croata, como a alemã endereçaram cartas da Presidência às instituições da UE, assinadas conjuntamente pela maioria dos presidentes das delegações dos parlamentos nacionais. O Parlamento Europeu também se manifestou a favor de uma participação adequada dos parlamentos nacionais e de uma verdadeira dimensão parlamentar da Conferência.

5 Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de janeiro de 2020, sobre a posição do Parlamento Europeu relativamente à Conferência sobre o Futuro da Europa (Textos Aprovados, P9_TA(2020)0010); Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de junho de 2020, sobre a posição do Parlamento Europeu relativamente à Conferência sobre o Futuro da Europa (Textos Aprovados, P9_TA(2020)0153);

ii. Estado de Direito, democracia e direitos fundamentais

A Comissão adotou o quadro do Estado de Direito para fazer face aos desenvolvimentos em certos Estados-Membros da UE que constituem ameaças sistémicas ao Estado de Direito. Dado que o respeito pelo Estado de Direito se tornou uma prioridade transversal em todas as políticas da UE, este assunto refletiu-se igualmente em vários debates interparlamentares, inclusive a nível bilateral.

Foi organizada uma reunião especial da COSAC para debater o Estado de Direito com a Vice-Presidente da Comissão Věra Jourová e o Comissário Didier Reynders. Os deputados manifestaram vontade de analisar o tema com regularidade, por exemplo no contexto do relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito.

A 10 de novembro, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento organizou uma reunião interparlamentar de comissões (RIC) subordinada ao tema «O primeiro relatório anual sobre o Estado de Direito elaborado pela Comissão e o papel dos parlamentos nacionais», que permitiu aos deputados partilharem as suas experiências sobre o papel dos respetivos parlamentos nacionais. O impacto das medidas da COVID-19 na democracia, no Estado de Direito e nos direitos fundamentais foi também debatido, com especial destaque para o controlo exercido pelos parlamentos nacionais durante este período.

iii. A negociação do Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido

O Reino Unido saiu da UE a 31 de janeiro de 2020 e, até ao final de 2020, um período de transição previa que o Reino Unido continuasse a fazer parte do mercado único e da união aduaneira da UE, enquanto estavam em curso negociações sobre as futuras relações. O acordo sobre as futuras relações UE-Reino Unido só foi celebrado a 24 de dezembro de 2020. As relações entre a UE e o Reino Unido e, mais especificamente, a negociação do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido foram uma constante dos debates interparlamentares durante todo o ano de 2020.

Os presidentes da COSAC realizaram duas reuniões especiais com o negociador principal da UE, Michel Barnier, em junho e setembro de 2020. Michel Barnier informou os presidentes da COSAC sobre os últimos desenvolvimentos, em ambas as ocasiões com a participação do Presidente do Grupo de Coordenação do Parlamento Europeu para o Reino Unido, David McAllister. No âmbito da 7.ª reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol, em setembro de 2020, realizou-se um debate sobre os desafios relacionados com o Brexit, tendo em vista o futuro papel da Europol e as normas não negociáveis da UE na futura cooperação Europol-Reino Unido. Os desafios relacionados com o Brexit no que diz respeito à luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada transfronteiras foram assuntos também discutidos na RIC sobre a avaliação das atividades da Eurojust, em dezembro de 2020.

O Parlamento/Câmaras do Reino Unido participaram em atividades interparlamentares em 2020 (a partir de fevereiro) como observadores de países terceiros ou convidados especiais, consoante as regras das diferentes conferências interparlamentares. As comissões do Parlamento Europeu, sempre

que adequado, convidaram ocasionalmente representantes do Parlamento do Reino Unido. Em 2020, prosseguiram muitos intercâmbios bilaterais com o Parlamento do Reino Unido, especialmente com a Câmara dos Lordes.

iv. O orçamento da UE e o plano de recuperação

O plano financeiro a longo prazo para os próximos sete anos, o QFP 2021-2027, foi um assunto importante a ser resolvido em 2020, para além do plano de recuperação para a Europa, em resposta à crise sanitária e ao seu grande impacto na economia europeia. Os debates e intercâmbios interparlamentares consagraram bastante tempo a este tema, que ocupou um lugar de destaque na ordem do dia de ambas as presidências em 2020. A carta da Presidência croata, coassinada por muitos presidentes da COSAC, exortou as instituições da UE a adotarem o QFP e o plano de recuperação para a Europa em tempo útil.

A maioria dos parlamentos congratulou-se com o acordo histórico do Conselho Europeu, de 21 de julho de 2020, sobre o QFP e o plano de recuperação. A decisão sobre o novo sistema de recursos próprios teve de ser ratificada pela maioria dos parlamentos nacionais. Durante os intercâmbios interparlamentares de 2020, o Parlamento Europeu aproveitou todas as oportunidades para sublinhar a necessidade urgente de um processo de ratificação harmonioso nos Estados-Membros, defendendo, ao mesmo tempo, a sua própria posição de não reduzir o QFP por causa ao mecanismo de recuperação.

Os debates realizados no âmbito da 15.ª Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE (CIP ECEG), em outubro de 2020, centraram-se nas consequências económicas da crise. O apelo geral dos parlamentos nestes intercâmbios prendeu-se com a necessidade de envolver os parlamentos nacionais na elaboração e adoção dos planos de recuperação e resiliência e não apenas no seu controlo. A mesma mensagem também dominou os debates da COSAC.

v. As transições digital e ecológica

As transições ecológica e digital num mundo em mudança são uma prioridade da Comissão dirigida pela Presidente Ursula von der Leyen. A pandemia de COVID-19 tornou os objetivos digitais e ecológicos da UE ainda mais importantes e demonstrou que as transformações digitais e ecológicas podem ocorrer a grande velocidade. O Parlamento Europeu é um acérrimo defensor destas prioridades da UE e tem defendido o seu financiamento adequado, que é indispensável para o seu êxito.

Em fevereiro de 2020, a CIP ECEG também se centrou nas alterações climáticas e no papel que as políticas económicas, orçamentais e sociais da UE podem desempenhar neste contexto. Todos os principais oradores sublinharam a importância de uma ação imediata para combater as alterações climáticas.

Frans Timmermans, Vice-Presidente Executivo da Comissão responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, dirigiu-se aos presidentes da COSAC em setembro de 2020 e dissertou sobre o tema e

os respetivos desafios. Frans Timmermans salientou a importância da fase de recuperação da UE e o papel crucial dos parlamentos nacionais, tanto no que diz respeito à tradução das decisões do Conselho Europeu em medidas concretas, que exigem ratificação nos parlamentos nacionais, como na adoção de programas nacionais. Sublinhou ainda a importância de garantir um orçamento adequado para uma economia e uma sociedade ecológicas, resistentes e preparadas para o futuro.

vi. O papel da UE no mundo: relações internacionais e multilateralismo – migração e asilo

A necessidade de reforçar a UE como interveniente a nível mundial tornou-se ainda mais evidente em 2020, uma vez que enfrentou os múltiplos e multifacetados desafios da luta contra a pandemia de COVID-19, do combate às alterações climáticas, da promoção da transformação digital, do reforço da política de segurança comum e do sistema multilateral baseado em regras, bem como da luta contra qualquer declínio das normas democráticas e dos direitos humanos.

No âmbito da CIP PESC/PCSD, os intercâmbios centraram-se na liderança mundial da UE numa conjuntura externa cada vez mais complexa. Foi salientada a necessidade urgente de coordenação estratégica e de uma ação externa mais unida e proativa, tendo particularmente em conta a situação pós-eleitoral na Bielorrússia.

Em novembro de 2020, o Parlamento Europeu organizou pela primeira vez uma conferência de alto nível sobre migração e asilo, conjuntamente com o Bundestag alemão. Esta conferência deveria ter sido organizada em Bruxelas e tinha sido planeada no âmbito do programa do Trio de Presidências dos parlamentos alemão, português e esloveno. A conferência de alto nível incluiu discursos do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e dos presidentes do Bundestag alemão, da Assembleia da República portuguesa e do Državni zbor esloveno.

As ordens do dia da COSAC consagraram também tempo significativo ao debate das políticas externas, designadamente ao papel da UE em África e às relações UE-EUA, atendendo, em especial, à nova Administração dos EUA. Muitos deputados sugeriram que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE intensificassem a colaboração e o diálogo com os seus homólogos americanos e africanos num futuro próximo. Ao mesmo tempo, salientou-se igualmente a importância de investir no reforço da autonomia estratégica da UE e da sua capacidade para agir de modo eficaz no futuro.

1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS

1.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)

A COSAC, ou Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. Um Trio de Presidências, de que o Parlamento Europeu é membro permanente, apoia a COSAC. A Presidência conta também com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Ver: www.ipex.eu



A reunião dos presidentes da COSAC, em Zagrebe, nos dias 20 e 21 de janeiro de 2020, o primeiro encontro interparlamentar em 2020 e a primeira reunião da Presidência croata, foi o único evento da COSAC que teve lugar presencialmente em 2020, como previsto de início. Foi também a última reunião em que o Reino Unido participou como Estado-Membro da UE.

A reunião centrou-se nas prioridades da Presidência croata: «uma Europa em desenvolvimento, uma Europa que liga, uma Europa que protege, uma Europa influente». O debate entre os deputados alargou-se a vários assuntos, nomeadamente o alargamento, a migração, o quadro financeiro plurianual e a Conferência sobre o Futuro da Europa, que deveria estar no centro da reunião plenária de maio de 2020. Antes do surto de COVID-19, a Presidência croata concentrou-se no novo mandato institucional (novo Parlamento Europeu e nova Comissão) e procurou analisar a forma como os parlamentos desempenham as suas funções de supervisão e como cooperam com os vários órgãos da UE. Este foi o tema do relatório semestral da COSAC elaborado pela Presidência croata.

Em março de 2020, ficou claro que as circunstâncias causadas pela pandemia de COVID-19 não permitiriam ao Parlamento croata realizar a reunião plenária da LXIII COSAC em Zagrebe, pelo que a reunião foi cancelada. No entanto, a Presidência croata, que também foi afetada pelo forte sismo que atingiu Zagrebe e as instalações do Parlamento croata a 22 de março de 2020, organizou uma reunião extraordinária dos presidentes da COSAC, que teve lugar à distância, a 16 de junho de 2020, em substituição da sessão plenária da COSAC. Esta reunião debruçou-se, por um lado, sobre a resposta da UE ao surto de coronavírus e o orçamento da UE e, por outro, sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa.



Fotografia de família, reunião dos presidentes da COSAC, Zagrebe, 20 e 21 de janeiro de 2020. © Presidência croata

A Presidência alemã manteve inevitavelmente a tônica na pandemia e na recuperação económica da UE, mas também consagrou a devida atenção às futuras relações da UE com o Reino Unido, ao Pacto Ecológico Europeu, à transformação e à soberania digitais, aos problemas ligados à migração, ao Estado de Direito e aos temas de política externa. O Bundestag e o Bundesrat alemães orientaram o debate da COSAC principalmente para as consequências da pandemia de COVID-19 e para os ensinamentos retirados, mas também prosseguiram a reflexão interparlamentar sobre o futuro da UE. Além disso, alguns debates foram consagrados a temas de política externa, nomeadamente as relações transatlânticas e as relações da UE com África. As reuniões organizadas durante a Presidência alemã tiveram lugar à distância, nomeadamente a reunião dos presidentes, a 14 de setembro, e a conferência «COSAC Virtual», realizada a 30 de novembro e 1 de dezembro de 2020. A Presidência alemã reiterou a sua intenção de, com o acordo dos parlamentos da COSAC, só enviar convites para eventos da COSAC a países terceiros quando os temas a debater dissessem respeito a esses países. Ao mesmo tempo, muitos deputados manifestaram a vontade generalizada de a COSAC desenvolver contactos e organizar reuniões ad hoc com parlamentos de países terceiros, como os dos EUA e dos países africanos.



Conferência virtual da COSAC, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2020, organizada em Berlim. © Presidência alemã

Devido às circunstâncias e às dificuldades óbvias na negociação de um texto político à distância, nem a Presidência croata, nem a Presidência alemã apresentaram um contributo da COSAC para adoção. Contudo, ambas as presidências endereçaram cartas aos presidentes das três instituições relativamente à Conferência sobre o Futuro da Europa, sublinhando a importância de avançar com celeridade para a sua criação e de garantir um papel robusto aos parlamentos nacionais.

O surto da pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no funcionamento da COSAC, mas, de um modo geral, tanto a presidência croata, como a alemã conseguiram, com o apoio do Trio de Presidências e do Parlamento Europeu, manter a continuidade do processo e das atividades, adaptando os seus métodos de trabalho à situação. Esta abordagem garantiu igualmente a adoção dos dois relatórios semestrais da COSAC em 2020.

Além disso, e pela primeira vez, foi organizado à distância um número significativo de reuniões adicionais. Realizaram-se várias trocas de pontos de vista informais dos presidentes da COSAC por videoconferência, que contaram com oradores de alto nível (com o negociador principal UE-Reino Unido, Michel Barnier, sobre o Brexit, a Vice-Presidente da Comissão, Věra Jourová, e o Comissário Didier Reynders sobre o Estado de Direito, e com a Vice-Presidente Executiva da Comissão, Margrethe Vestager, sobre a estratégia industrial europeia e a concorrência). Paralelamente, graças, em parte, à flexibilidade das reuniões à distância, as reuniões preparatórias do Trio de Presidências puderam ser organizadas muito antes das principais reuniões da COSAC e não apenas na noite anterior. Este aspeto permitiu aos membros do Trio de Presidências proceder a uma troca de pontos de vista mais aprofundada, com um horizonte temporal mais longo, sobre as decisões que tiveram de ser tomadas pela Presidência. Resta saber, em ambos os casos – as trocas informais com oradores de alto nível e as reuniões separadas (ou adicionais) do Trio de Presidências – se tal se tornará uma constante da COSAC no futuro.

Ver anexo I para eventos e reuniões da COSAC.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- As trocas de pontos de vista da COSAC aumentaram em 2020, uma vez que várias trocas informais de pontos de vista com oradores de alto nível (incluindo comissários da UE e o negociador-chefe) foram organizadas por videoconferência sobre temas da atualidade.
- Embora os parlamentos da COSAC tenham confirmado a sua intenção de só convidarem países terceiros para eventos se os temas da ordem do dia lhes disserem respeito, os deputados congratularam-se com o facto de a COSAC encetar contactos e organizar reuniões ad hoc com parlamentos de países terceiros.
- Apesar das dificuldades deste ano relacionadas com a pandemia, a delegação do Parlamento Europeu conseguiu manter relações estreitas com os parlamentos da Presidência do Conselho da UE e cooperar no âmbito do Trio de Presidências.

1.2 Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (CPPUE)

As Diretrizes de Estocolmo para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE foram adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual de Presidentes dos Parlamentos, organizada pelo Estado-Membro que detém a presidência no segundo semestre de um determinado ano, e realizada durante a presidência da primavera do ano seguinte. Esta Conferência adota conclusões da presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE.

A ordem do dia da CPPUE é preparada na reunião dos secretários-gerais dos parlamentos da União Europeia. Ver: www.ipex.eu

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE (CPPUE), que se deveria ter realizado em Helsínquia, Finlândia, em maio de 2020, foi cancelada devido à pandemia de COVID-19. A organização da conferência à distância não era uma opção viável. A CPPUE é, pela sua própria natureza, um evento de alto nível alicerçado nos contactos. Além disso, as soluções técnicas necessárias para acolher uma conferência multilingue não estavam operacionais na primavera de 2020.

Não obstante, foi realizado um grande volume de trabalho de fundo para cumprir o mandato da anterior CPPUE.

A CPPUE de Viena, de abril de 2019, instou a Presidência finlandesa a organizar um grupo de trabalho com vista a adaptar as Diretrizes de Lisboa para a Cooperação Interparlamentar na UE às condições existentes. As Diretrizes de Lisboa, que proporcionam um quadro geral para a cooperação interparlamentar, foram aprovadas em 2008 antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Em 2019, tornaram-se obsoletas, pois já não refletiam os progressos da cooperação interparlamentar registados desde então.

O grupo de trabalho foi convidado a elaborar um relatório para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE a realizar em Helsínquia, em 2020, tendo em vista:

- a adaptação técnica das Diretrizes às condições vigentes, o que incluía uma utilização mais rigorosa das referências aos Tratados e uma revisão linguística das Diretrizes;
- a inclusão de novos formatos de conferência nas Diretrizes, tais como a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, a Coordenação Económica e Governança na União Europeia, a Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, e o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol;
- uma melhor utilização dos meios de comunicação atuais para facilitar a cooperação interparlamentar

A CPPUE solicitou igualmente à Presidência finlandesa que preparasse, de forma adequada, um entendimento comum sobre a Reunião Interparlamentar de Comissões a organizar pelo Parlamento Europeu sobre a avaliação da Eurojust, de modo a que a Conferência dos Presidentes em Helsínquia pudesse tirar conclusões sobre estes assuntos.

A Presidência finlandesa organizou um grupo de trabalho técnico a nível do pessoal e apresentou dois projetos de documentos à reunião dos secretários-gerais de janeiro de 2020: o projeto de Diretrizes atualizadas e um documento sobre os atuais meios de comunicação. A Presidência elaborou também um documento separado sobre a RIC relativo à avaliação da Eurojust.

O mandato de Viena foi seguido cuidadosamente com um projeto de atualização técnica e linguística das Diretrizes. Os desenvolvimentos pós-Lisboa, em especial as novas conferências interparlamentares, o controlo e a avaliação conjuntos no domínio da justiça e dos assuntos internos, são registados de forma coerente. A estrutura do novo projeto de Diretrizes é mais informativa. Foram aditadas referências às bases jurídicas e ao regulamento interno de cada instância interparlamentar. As Diretrizes atualizadas deixarão margem para novos desenvolvimentos.

A Presidência finlandesa preparou igualmente um documento sobre os meios de comunicação da atualidade, que inclui sugestões sobre formas e meios para melhorar e animar as reuniões interparlamentares utilizando as TIC. Algumas reuniões técnicas (do pessoal) do grupo de trabalho que preparam o documento poderão vir a ser parcialmente substituídas por ferramentas de trabalho online e videoconferências. Graças aos progressos técnicos registados durante o surto de COVID-19, alguns aspetos do documento já estão desatualizados.

A reunião dos secretários-gerais de janeiro de 2020 preparou os documentos para adoção pela CPPUE. Devido ao cancelamento da CPPUE em Helsínquia, a adoção final do projeto de Diretrizes deverá ter lugar na CPPUE, em Berlim, em 2021.

Quase um ano após a aplicação do Regulamento Eurojust, em dezembro de 2019, a primeira RIC da Eurojust foi organizada pelo Parlamento Europeu em cooperação com o Parlamento da Presidência, em novembro de 2020 (ver capítulo 3.2).

A reunião dos secretários-gerais em Helsínquia adotou igualmente o relatório anual e as conclusões sobre o IPEX e debateu a Conferência sobre o Futuro da Europa. O Secretário-Geral do Parlamento Europeu, Klaus Welle, proferiu um discurso de abertura intitulado «O Parlamento Europeu após as eleições europeias de 2019».

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Devido à pandemia, a CPPUE não se realizou em 2020. Todavia, foi realizado um grande volume de trabalho de fundo a nível dos secretários-gerais. Foram elaborados três projetos de documentos: um sobre a atualização das Diretrizes para a Cooperação Interparlamentar; uma sobre os modernos meios de comunicação; e outro sobre a RIC relativa à avaliação da Eurojust.

2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)

2.1 Semana Parlamentar Europeia (SPE), Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu (CIP ECEG)

A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE (instituída nos termos do artigo 13.º da Conferência do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária [Pacto Orçamental]) proporciona um quadro para o debate e o intercâmbio de informações e de boas práticas na aplicação das disposições pertinentes do Tratado e para a cooperação entre os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu.

A Conferência sobre o Semestre Europeu constitui uma oportunidade para trocar informações sobre as práticas de excelência na aplicação dos ciclos do Semestre Europeu e reforçar a cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Em conjunto, as conferências inscrevem-se na Semana Parlamentar Europeia (SPE), que congrega deputados de toda a UE, para debater assuntos económicos, orçamentais e sociais. Ambas as conferências conquistaram um espaço regular no calendário das atividades interparlamentares e constituem fóruns consolidados para debates interparlamentares sobre estes importantes domínios políticos.

A edição de 2020 da SPE, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pela Presidência croata, realizou-se a 18 e 19 de fevereiro de 2020, em Bruxelas. Tratou-se da nona edição da conferência e contou com a presença de 111 deputados de 28 parlamentos (34 câmaras) de 25 Estados-Membros da UE, com observadores do Montenegro e da Bósnia-Herzegovina, bem como com convidados especiais da Noruega. Mais uma vez, o número de participantes foi elevado, o que indica o êxito e a pertinência do evento, bem como o interesse dos parlamentos nacionais em debater e trocar pontos de vista sobre as prioridades económicas, orçamentais e sociais.

Entre os principais intervenientes e oradores destacaram-se o Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o Presidente do Sabor croata, Gordan Jandroković, o Presidente do Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN), Zdravko Marić, o Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis e o Comissário responsável pela pasta da Economia, Paolo Gentiloni.

Os temas debatidos na Conferência sobre o Semestre Europeu pelos deputados dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu incluíram: a conclusão da união bancária e da união dos mercados de capitais; a reforma da arquitetura de governação económica; o reforço da responsabilização democrática da governação económica; e a concretização do novo instrumento orçamental para a convergência e a competitividade, a proposta de um sistema europeu de resseguro do subsídio de desemprego e a revisão do quadro do Semestre Europeu.

O debate sobre o Semestre Europeu foi seguido de três RIC paralelas (organizadas pelas Comissões BUDG, ECON e EMPL do Parlamento Europeu)⁶, que trataram uma série de temas, tais como um sistema fiscal internacional, a sustentabilidade das finanças, uma Garantia Europeia para a Infância, salários mínimos justos, o próximo QFP e novos recursos próprios para fazer face aos desafios globais.

Em 2020, a CIP ECEG revestiu, pela primeira vez, também um carácter ambiental e centrou-se nas alterações climáticas e no papel que as políticas económicas, orçamentais e sociais da UE podem desempenhar neste contexto. Todos os oradores principais da primeira sessão destacaram a importância de uma ação imediata na luta contra as alterações climáticas e o seu impacto nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE. O Pacto Ecológico Europeu tornar-se-á a força motriz de um novo ciclo de profundas mudanças. Todavia, deve ser encarado como um plano para transformar a economia europeia, de forma a criar condições equitativas para todos os Estados-Membros no processo de transição para uma economia hipocarbónica. Tal exigiria que o investimento público e privado em grande escala fosse tido em conta nas negociações em curso sobre o novo QFP, que prevê o Mecanismo para uma Transição Justa. Estas foram algumas das declarações feitas pelos participantes.

Uma segunda sessão foi consagrada às competências e aos empregos para um crescimento inclusivo. Muitas das intervenções defenderam que a Garantia Europeia para a Juventude deve ser reforçada, com vista a promover o emprego e a inclusão dos jovens, bem como o desenvolvimento e a adaptabilidade da mão de obra à evolução das necessidades dos mercados de trabalho. Outras referiram que a transformação ecológica e digital constitui uma grande oportunidade, embora, ao mesmo tempo, uma ameaça, e que, por conseguinte, devem ser criados sistemas de educação e formação adequados para explorar o potencial desta revolução através do desenvolvimento das aptidões e competências pertinentes. Um mercado de trabalho competitivo para o século XXI tem de ser sustentável e seguro na criação de crescimento inclusivo.

A 15.ª CIP ECEG teve lugar em Berlim, como é habitual, no segundo semestre do ano, a 12 de outubro de 2020. A reunião foi organizada à distância a partir do Bundestag alemão e reuniu 126 deputados dos parlamentos nacionais e nove do Parlamento Europeu.



Semana Parlamentar Europeia, 18 e 19 de fevereiro de 2020, Parlamento Europeu, Bruxelas. © União Europeia 2020 – PE/Emilie GOMEZ

6 A Comissão dos Orçamentos, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.



Face à pandemia de COVID-19, a conferência centrou os seus debates nas consequências económicas da crise. Os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais tiveram a oportunidade de debater a interação entre a política monetária e orçamental e o futuro das regras orçamentais e de contribuir para uma

abordagem específica das medidas destinadas a promover a recuperação económica da Europa. O debate revelou o profundo interesse dos parlamentos nacionais em estarem estreitamente associados a todo o processo. Todos os deputados que usaram da palavra sublinharam que o compromisso assumido em julho era um compromisso histórico e incentivaram os legisladores a adotá-lo com celeridade. O debate revelou igualmente a importância de envolver os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu no processo de elaboração e adoção dos planos de recuperação e resiliência. O documento de orientação da Comissão partilha este ponto de vista e incentiva os Estados-Membros a publicarem os seus planos de recuperação e resiliência numa fase precoce, de modo a permitir que o Parlamento Europeu, os demais Estados-Membros, a Comissão Europeia e o público em geral disponham de uma panorâmica geral do escopo dos planos de recuperação e resiliência. Os deputados dos parlamentos nacionais salientaram a importância de dispor de novos recursos próprios robustos para estabilizar e reforçar o orçamento da UE.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o programa da SPE concentrou-se num dia e meio, reunindo a Conferência do Semestre Europeu com a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE. Esta edição revestiu ainda uma vertente mais ecológica, centrando-se nas alterações climáticas e no seu papel cada vez mais importante nas políticas económicas, orçamentais e sociais da UE.

2.2 Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)

Criada em 2012 por uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo Parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente deputados de toda a União Europeia. A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu também convida com frequência os parlamentos nacionais para as reuniões que realiza em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio de intervenção crucial.

Em 2020, a 16.ª sessão da CIP PESC/PCSD teve lugar presencialmente em Zagrebe (2-4 de março), ao passo que a 17.ª sessão foi organizada à distância, em Berlim (4 de setembro). Em ambas as reuniões, as delegações do Parlamento Europeu foram constituídas por membros da Comissão AFET e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo Deputado David McAllister, Presidente da Comissão AFET.

Participaram na CIP PESC/PCSD, em Zagrebe, 82 deputados dos parlamentos nacionais da UE. Na sequência das propostas de reforma apresentadas pelo Presidente da delegação do Parlamento Europeu na anterior CIP realizada em Helsínquia, em setembro de 2019, a Presidência croata introduziu duas inovações que contribuiriam para tornar a CIP mais dinâmica e pertinente. A Presidência croata retomou a prática anterior de submeter as conclusões para adoção a todas as delegações, tendo igualmente incluído um «debate de urgência» na ordem do dia. Este debate permitiu que os chefes das delegações escolhessem um tema da atualidade, para que as delegações tivessem uma palavra a dizer na ordem do dia e a oportunidade de reagir aos acontecimentos em curso durante a Conferência.



Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, 2 a 4 de março de 2020, Zagrebe. © Presidência croata

A conferência dividiu-se em três sessões: Desafios globais para uma Europa resiliente e influente; Balcãs Ocidentais; e Reforçar a cooperação e a indústria europeia no domínio da defesa.

Foram organizados igualmente três seminários:

- A Parceria Oriental pós-2020;
- CEP: o desafio da coerência das iniciativas de defesa da UE e o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais;
- O papel das mulheres na paz e na segurança.

Nas suas conclusões, os participantes na CIP destacaram a importância da liderança mundial da UE numa conjuntura externa cada vez mais complexa. Os participantes na CIP chegaram a acordo quanto à necessidade urgente de coordenação estratégica e de uma ação externa mais unida e proativa, tendo sublinhado a importância de manter um orçamento adequado para concretizar estas ambições. Além disso, congratularam-se com o empenho da Comissão na perspectiva de adesão dos Balcãs Ocidentais e fizeram notar, ao mesmo tempo, que a UE tem de continuar a incentivar a consolidação democrática, bem como prestar apoio no combate às alterações climáticas e a outras ameaças à segurança.

Durante o segundo semestre de 2020, participaram na CIP PESC/PCSD, realizada à distância em Berlim, 121 deputados dos parlamentos de 27 Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. Participaram também na Conferência cinco delegações parlamentares não pertencentes à UE.

Durante a primeira ronda da Conferência, os participantes debateram temas atuais de política externa e de segurança com Josep Borrell Fontelles, Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, que se encontrava no Egito, no Cairo, em conversações com representantes do Governo egípcio e da Liga Árabe. Foi abordada toda uma ampla gama de temas. Porém, o debate foi dominado principalmente pela situação pós-eleitoral na Bielorrússia. Durante a segunda ronda, os deputados debateram as vias para uma União Europeia da Defesa e o realinhamento estratégico da política de segurança e defesa da UE. A Dra. Ronja Kempin, do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança (SWP⁷), enquadrou o debate através de um discurso introdutório.

Na sua declaração final, os copresidentes, David McAllister e Dietmar Nietan (presidentes do Parlamento Europeu e das delegações alemãs, respetivamente) reafirmaram a necessidade de uma política externa e de segurança da UE mais forte e mais eficaz, tanto a nível estrutural, como financeiro, especialmente durante a crise da pandemia de COVID-19. A declaração manifestou ainda preocupações com a situação no Mediterrâneo Oriental, no Líbano, na Turquia e na Líbia, com o caso de Alexei Navalny e com as relações da UE com a China e a OTAN. Destacou-se também que os instrumentos disponíveis devem ser utilizados de forma mais eficaz, que os Estados-Membros devem dar prioridade às posições unificadas da UE e que as ambições da UE devem ser alcançadas através de um compromisso adequado em termos de processos decisórios.

7 Stiftung Wissenschaft und Politik.

David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos do PE, e Josep Borrell Fontelles, Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, falando na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, realizada à distância, em 4 de setembro de 2020
© Presidência alemã



Principais desenvolvimentos em 2020:

- O aditamento do «debate de urgência» à ordem do dia, que permite que os chefes das delegações escolham um tema e aproveitem a oportunidade para reagir a acontecimentos de atualidade durante a CIP, tornando-a mais dinâmica e pertinente para a evolução da política externa.
- O sucesso do desenvolvimento do formato à distância, ligando em tempo real deputados e funcionários dos parlamentos nacionais de toda a Europa, o que poderá ser um instrumento útil para futuros eventos, em complemento das reuniões presenciais.

3. SUPERVISÃO INTERPARLAMENTAR NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.1 Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol

O artigo 88.º do TFUE permite, pela primeira vez, que os parlamentos nacionais exerçam, conjuntamente com o Parlamento Europeu, o controlo de uma agência da UE que opera no espaço de liberdade, segurança e justiça. Tendo por base o Regulamento Europol⁸, o Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol foi criado em 2017 para garantir a plena responsabilização e transparência da Europol. As principais responsabilidades do GCPC estão enunciadas no artigo 51.º do [Regulamento Europol](#), que define o seu papel no acompanhamento político das atividades da Europol, com especial destaque para o respetivo impacto nas liberdades e nos direitos fundamentais das pessoas singulares.

O GCPC é uma estrutura institucional inovadora para o escrutínio parlamentar e realiza duas reuniões por ano: no primeiro semestre, no parlamento do país que exerce a presidência rotativa do Conselho da UE e, no segundo semestre, no Parlamento Europeu.



Em resposta à pandemia, foram concebidos formatos novos e flexíveis para as sexta e sétima edições do GCPC, o que lhe permitiu prosseguir ininterruptamente o exercício do seu escrutínio.

A sexta edição foi cancelada e substituída por um intercâmbio escrito e eletrónico de informações. Num esforço para assegurar a continuidade do bom funcionamento do GCPC e dar a todos os seus membros a possibilidade de participarem plenamente nos seus trabalhos, todos os oradores principais inicialmente convidados a participar na reunião do GCPC em Zagrebe foram convidados a disponibilizar aos membros os relatórios escritos e as observações a apresentar na reunião.

Foram recebidos contributos do Diretor-Executivo da Europol, do Comissário da UE responsável pelos Assuntos Internos, do Conselho de Administração da Europol, da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e do Conselho de Cooperação da Europol. Os delegados do GCPC foram convidados a enviar pedidos de esclarecimento ou contributos e, a título de seguimento, os oradores principais deram uma resposta consolidada aos pedidos de informação adicionais. Os relatórios e contributos foram distribuídos por correio eletrónico e publicados no espaço específico do GCPC IPEX e no sítio Web da Dimensão Parlamentar da Presidência croata. O resultado deste intercâmbio eletrónico ativo consta do relatório apresentado pelo chefe da delegação croata na 7.ª reunião do GCPC e, pese embora o reconhecimento das limitações inerentes, os delegados reconheceram o êxito e a utilidade do intercâmbio.

8 Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol)



Juan Fernando López Aguilar, copresidente do grupo de controlo parlamentar conjunto e presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do PE, durante a videoconferência do grupo de controlo parlamentar conjunto sobre a Europol. © União Europeia 2020 – PE/Daina LE LARDIC

O Parlamento Europeu retomou a organização de reuniões interparlamentares, realizando a 7.^a reunião do GCPC sobre a Europol à distância, a partir de Bruxelas. A pandemia teve impacto tanto na sua substância como na sua forma. A reunião, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pela Presidência croata, realizou-se a 28 e 29 de fevereiro de 2020. Foi copresidida pelo Deputado López Aguilar, Presidente da Comissão LIBE e chefe da delegação do Parlamento Europeu, Susanne Mittag, chefe da delegação alemã do Bundestag, e Boris Pistorius, chefe da delegação alemã do Bundesrat. A participação presencial no Parlamento Europeu foi prevista só para os membros da delegação da Comissão LIBE ao GCPC.

Apenas os pontos regulares mais importantes da ordem de trabalhos, decorrentes do artigo 51.º do Regulamento Europol, foram objeto de comunicações e de trocas de pontos de vista aprofundadas: o relatório do Diretor-

-Executivo da Europol sobre as atividades mais recentes da agência e o relatório da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. As comunicações visaram, sobretudo, os desafios colocados pela crise da COVID-19, uma vez que a atividade criminosa aumentou durante a pandemia.

Tendo em conta os condicionalismos técnicos e de tempo relacionados com as medidas sanitárias, não houve debate após a apresentação do Documento de Programação Plurianual 2021-2023, tendo sido substituído por uma troca subsequente de correspondência com a Agência sobre este tema importante, que está no cerne do papel de controlo do GCPC. Os presidentes do Conselho de Administração da Europol e do Conselho de Cooperação da Europol apresentaram apenas contributos escritos.

O debate temático incidiu sobre a luta contra o extremismo de direita e o terrorismo e teve lugar uma sessão sobre o futuro papel da Europol e os desafios relacionados com o Brexit.

Os debates que se seguiram às comunicações foram animados, com apelos para que sejam encontradas soluções proactivas e construtivas. Alguns dos assuntos levantados eram complexos e o tempo limitado, mas os oradores principais que responderam às perguntas prometeram prosseguir o diálogo sobre esses temas. Os oradores de alto nível incluíram a Comissária responsável pelos Assuntos Internos, Ylva Johansson, e o Ministro Federal do Interior, da Construção e das Comunidade da Alemanha, Horst Seehofer. Os membros da Câmara dos Comuns do Reino Unido e da Câmara dos Lordes intervieram brevemente no debate sobre o Brexit.

Os delegados foram informados da decisão do Trio de Presidências de criar um grupo de trabalho para os assuntos pendentes, sob reserva de uma eventual revisão do Regulamento Interno do GCPC⁹. O mandato do grupo de trabalho limitar-se-á a encontrar soluções consensuais para a questão do representante do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração da Europol e a cláusula de revisão do Regulamento Interno.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Assegurar a continuidade das atividades do GCPC sobre a Europol: o GCPC, desobrigado de debates processuais, afirmou-se em 2020 como um parceiro exigente e empenhado, decidido a apoiar os esforços da Agência para garantir uma aplicação correta da lei.
- Adaptar a ordem de trabalhos, de modo a refletir os últimos desenvolvimentos (pandemia, Brexit): conceção de formatos adequados para trocas de pontos de vista e reuniões à distância e para garantir um acompanhamento adequado.

9 A reunião constitutiva do grupo de trabalho realizou-se à distância, a 10 de dezembro de 2020.

3.2 Reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust

Desde a sua criação em 2002, a Eurojust tornou-se um interveniente central na cooperação judiciária em matéria penal. Em conformidade com o artigo 85.º do TFUE, os regulamentos da UE que regem a Eurojust «definem igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais à avaliação das atividades da Eurojust». Em 2018, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram um novo [Regulamento relativo à Eurojust](#)¹⁰, tendo em vista a definição de um quadro jurídico único e renovado para uma nova Agência para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) de pleno direito.

A fim de aumentar a transparência e o controlo democrático da Eurojust, o regulamento prevê um mecanismo para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais da UE¹¹. Essa avaliação deverá ter lugar no âmbito de uma reunião interparlamentar de comissões (RIC) organizada pelo Parlamento Europeu nas suas instalações em Bruxelas, com a participação de membros das comissões competentes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE.

A primeira RIC sobre a avaliação das atividades da Eurojust teve lugar a 1 de dezembro de 2020, no Parlamento Europeu, em Bruxelas. A Comissão LIBE do Parlamento Europeu, em cooperação com o Parlamento alemão, convidou os parlamentos nacionais para a primeira edição deste evento anual, quase um ano após a aplicação do Regulamento Eurojust a 12 de dezembro de 2019. As questões jurídicas e logísticas suscitadas pela pandemia de COVID-19, bem como outros desenvolvimentos importantes no domínio da cooperação judiciária, como a radicalização, o terrorismo e a cibercriminalidade, foram outras razões imperiosas para realizar a RIC.



Primeira reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação das atividades da Eurojust, 1 de dezembro de 2020, instalações do PE em Bruxelas © União Europeia, 2020 – PE

A reunião organizada à distância foi presidida pelo Presidente da Comissão LIBE, Juan Fernando López Aguilar, e desenrolou-se em três sessões, seguidas de rondas de perguntas e respostas. Estas sessões abrangeram as atividades em curso e futuras da Eurojust, em particular no contexto da pandemia atual; a cooperação futura entre a Eurojust e a recém-criada Procuradoria Europeia; a cooperação com países terceiros; e os desafios relacionados com o Brexit no que se refere à luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada transfronteiras. Entre os oradores de alto nível destaca-se Didier Reynders, Comissário da Justiça.

Ao panorama das atividades interparlamentares de controlo no domínio da justiça e dos assuntos internos junta-se agora este fórum que promete forjar uma aliança entre parceiros solidários e empenhados que partilhem o objetivo de proteger os cidadãos europeus e tornar a Europa mais segura.

10 Regulamento (UE) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), e que substitui e revoga a Decisão 2002/187/JAI do Conselho (JO L 295 de 21.11.2018, p. 138).

11 O Regulamento (UE) 2018/1727 faz referência a essas modalidades no ponto 62 do preâmbulo e no artigo 67.º.



Juan Fernando López Aguilar, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do PE, presidindo à reunião interparlamentar de comissões sobre a Eurojust. © União Europeia 2020 – PE/Alexis HAULOT

Principais desenvolvimentos em 2020:

- O lançamento da RIC sobre a Eurojust em 2020 foi uma conquista significativa, quase um ano após a entrada em vigor do Regulamento Eurojust, e apesar da situação de pandemia. O documento da Presidência finlandesa relativo a um entendimento comum sobre a RIC assim como os progressos realizados na reunião dos Secretários-Gerais dos Paramentos da UE permitiram ao Parlamento Europeu organizar a primeira RIC sobre a avaliação da Eurojust num formato técnico adequado, em cooperação com a Presidência alemã.

3.3 Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (GEFC)

O Regulamento relativo à GEFC¹², proposto pela Comissão Europeia em 2018 e aprovado em 2019, é um elemento importante da abordagem global da UE em matéria de migração e gestão das fronteiras. O regulamento visa dar resposta aos desafios migratórios e às potenciais ameaças futuras nas fronteiras externas e assegurar um elevado nível de segurança interna, salvaguardando ao mesmo tempo a livre circulação de pessoas na União.

A cooperação interparlamentar sobre o controlo da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (GEFC) é o desenvolvimento mais recente das relações parlamentares no domínio da justiça e dos assuntos internos. A GEFC é composta pelas autoridades nacionais e pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. Os parlamentos nacionais têm poderes de controlo das autoridades nacionais competentes, que lhes foram atribuídos pelos sistemas constitucionais nacionais dos Estados-Membros. O Parlamento Europeu é responsável pelo controlo da GEFC, em conformidade com os Tratados.

O artigo 112.º do Regulamento (UE) 2019/1896, que trata da cooperação interparlamentar, prevê que:

- «1 A fim de ter em conta a natureza específica da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que é constituída pelas autoridades nacionais e pela Agência, bem como assegurar o controlo eficaz da Agência por parte do Parlamento Europeu, e das respetivas autoridades nacionais por parte dos parlamentos nacionais, tal como previsto nos Tratados e no direito nacional, respetivamente, o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais podem cooperar no âmbito do artigo 9.º do Protocolo n.º 1 sobre o papel dos parlamentos nacionais na União Europeia, anexo [aos Tratados]^[13].
2. Sempre que convidados pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais reunidos no contexto do n.º 1, o diretor-executivo e o presidente do conselho de administração participam em tais reuniões.
3. A Agência transmite o seu relatório anual de atividades aos parlamentos nacionais.»



© Comissão Europeia

A cooperação interparlamentar prevista para a GEFC tem um âmbito diferente, mais restrito do que o do GCPC da Europol ou da RIC sobre a avaliação das atividades da Eurojust. O âmbito e a natureza das várias formas de cooperação interparlamentar no domínio da justiça e dos assuntos internos são bastante diferentes. As disposições práticas, adaptadas à especificidade de cada mandato, assegurarão que as disposições de controlo sejam plenamente aplicadas com os efeitos pretendidos pelos legisladores.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- A situação de pandemia não permitiu a realização de quaisquer eventos relacionados com a GEFC.

12 Regulamento (UE) 2019/1896 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2019, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras, Costeira, que revoga os Regulamentos (UE) n.º 1052/2013 e (UE) 2016/1624 (JO L 295 de 14.11.2019, p. 1) (<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2019/1896/oj?locale=pt>)

13 O artigo 9.º do Protocolo (n.º 1) anexo aos Tratados relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia estipula que: «O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da União.».

4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES DE COMISSÕES E OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

4.1 Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)

As Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC) correspondem ao tipo normal de reunião que é organizada pelo Parlamento Europeu para intercâmbios específicos entre comissões sectoriais sobre questões legislativas e políticas fundamentais ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados. O calendário das RIC é transmitido semestralmente pelo Presidente do Parlamento Europeu aos presidentes de todos os parlamentos nacionais.

As comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 RIC, convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais da UE para debater questões específicas. As RIC demonstraram ser uma forma valorizada de os deputados ao Parlamento Europeu partilharem pontos de vista com os seus homólogos nacionais. As RIC não são apenas um fórum de intercâmbio sobre questões legislativas, contribuindo assim para legislar melhor, mas também uma plataforma para debater questões políticas de interesse comum e reunir com os comissários e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. As RIC são coorganizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.



© Parlamento Europeu

Em 2020, foram coorganizadas sete RIC por seis comissões parlamentares diferentes, proporcionando debates entre 302 deputados dos parlamentos nacionais e 177 do Parlamento Europeu.

Foram organizadas três RIC sobre economia, orçamento e emprego no âmbito da Semana Parlamentar Europeia (SPE). Uma vez que a SPE teve lugar em fevereiro, estas foram as únicas RIC

realizadas em 2020 em que os deputados dos parlamentos nacionais puderam estar fisicamente presentes¹⁴.

A RIC relacionada com o Dia Internacional da Mulher, prevista para 5 de março, foi anulada devido à pandemia de COVID-19. Nesta ocasião estava também prevista uma celebração do 25.º aniversário da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim.

As outras RIC previstas para o primeiro semestre de 2020 foram igualmente adiadas ou anuladas¹⁵. No segundo semestre, as RIC foram organizadas à distância¹⁶.

Em 27 de outubro, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu coorganizou uma RIC intitulada «Legislar melhor numa perspetiva digital». A reunião centrou-se no papel que a digitalização desempenha no processo legislativo e na forma de assegurar que a nova legislação cumpre os requisitos modernos.

A 10 de novembro, a Comissão LIBE organizou uma RIC intitulada «O primeiro relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito e o papel dos Parlamentos nacionais», com a participação de Didier Reynders, Comissário da Justiça. Esta reunião foi dedicada à partilha de pontos de vista e de experiências sobre o papel dos parlamentos nacionais no contexto dos esforços da UE para proteger e fazer cumprir os valores da União. Além disso, o objetivo da reunião era avaliar o primeiro relatório anual sobre o Estado de Direito adotado pela Comissão a 30 de setembro de 2020. O impacto das medidas da COVID-19 na democracia, no Estado de Direito e nos direitos fundamentais foi também debatido, com especial destaque para o controlo exercido pelos parlamentos nacionais durante este período.

A 1 de dezembro de 2020, foi organizada pela Comissão LIBE a primeira reunião interparlamentar de comissões sobre a avaliação da Eurojust¹⁷.



Reunião interparlamentar de comissões sobre a Eurojust, 1 de dezembro de 2020, Bruxelas – ligação vídeo com Emma Bonino, do Senado italiano © Parlamento Europeu

14 Para mais informações sobre a SPE, consultar o capítulo 2.1.

15 [https://europarl.europa.eu/cmsdata/232558/Calendar_1st_semester_2020_-_COP_adopted_marked_030620_\(003\).pdf](https://europarl.europa.eu/cmsdata/232558/Calendar_1st_semester_2020_-_COP_adopted_marked_030620_(003).pdf)

16 https://europarl.europa.eu/cmsdata/232557/Calendar_2nd_semester_2020_updated_18November.pdf

17 Para mais informações, consultar o capítulo 3.2.

A Comissão AFET organizou uma RIC a 2 de dezembro, com a participação de Olivér Várhelyi, Comissário da Vizinhança e Alargamento. A reunião foi organizada em duas partes: a primeira centrou-se no tema dos Balcãs Ocidentais, 25 anos após o Acordo de Paz de Dayton; a segunda incidiu na questão relacionada com uma resposta coesa da UE para apoiar a mudança democrática na Bielorrússia.

A participação nas RIC dos deputados dos parlamentos nacionais aumentou de 232 deputados em 2019 para 302 em 2020. Registou-se também um ligeiro aumento da participação dos deputados ao Parlamento Europeu.

Esta maior participação dos deputados parece dever-se, em grande medida, aos novos instrumentos que permitem participar em reuniões à distância sem que seja necessário viajar. Tal poderá dar origem a uma reflexão mais aprofundada sobre a organização das RIC na era pós-COVID-19.

No anexo II encontra-se uma lista das RIC organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2020, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.



Reunião interparlamentar de comissões sobre a Garantia Europeia para a Infância com a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do PE, 18 de fevereiro de 2020, Bruxelas © União Europeia 2020 – PE/Didier BAUWERAERTS

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Em 2020, as RIC previstas para o primeiro semestre foram anuladas ou adiadas, tendo sido organizadas apenas três delas antes do início da pandemia. No segundo semestre, as RIC foram organizadas à distância.
- A participação dos deputados dos parlamentos nacionais nas RIC aumentou de forma significativa, muito provavelmente devido à possibilidade de participar à distância.

4.2 Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo

Os movimentos de refugiados e a migração estão no centro das atenções mundiais e têm vindo a ser considerados como um dos principais desafios para a UE nos últimos anos. A chegada contínua de migrantes e de requerentes de asilo à UE revelou uma série de deficiências e lacunas nas políticas da UE em matéria de asilo, fronteiras externas e migração. O objetivo desta conferência de alto nível era iniciar um debate parlamentar e promover um amplo diálogo sobre todos os aspetos da migração.

Os presidentes do Parlamento Europeu e do Bundestag alemão convidaram os deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu para uma Conferência de Alto Nível sobre Migração e Asilo, que teve lugar a 19 de novembro de 2020 no Parlamento Europeu, em Bruxelas, sob os auspícios do Parlamento Europeu e da Presidente da Comissão Europeia. Esta reunião, que contou com 150 participantes, foi coorganizada pelo Parlamento Europeu e pelo Bundestag alemão, em cooperação com os parlamentos português e esloveno, os outros dois parlamentos do Trio de Presidências.

A conferência teve início com discursos de abertura do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, da Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e dos presidentes do Bundestag alemão, Wolfgang Schäuble, do Parlamento português, Eduardo Ferro Rodrigues, e do Parlamento esloveno, Igor Zorčič.



David Sassoli, Presidente do PE © União Europeia 2020 – PE/Daina LE LARDIC

A conferência de alto nível reuniu dirigentes políticos, decisores políticos e profissionais, e abordou os assuntos da partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, da proteção das fronteiras externas e do combate às causas profundas da migração, bem como da garantia de um ambiente socioeconómico estável e próspero nos países terceiros. O Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo propõe encontrar um equilíbrio entre as necessidades de acolher os refugiados, de combater

os passadores de migrantes e de assegurar a integração e o tratamento adequado de todos, inclusive das pessoas que não podem permanecer na Europa. Vários oradores frisaram que a migração é um fenómeno mundial a que a UE deve responder no respeito dos seus valores fundadores. Os participantes acolheram favoravelmente o Novo Pacto, com grandes expectativas, uma vez que o atual sistema de asilo revelou demasiadas insuficiências nos últimos anos. Nas suas intervenções, os deputados manifestaram a esperança de que a UE consiga criar um quadro comum eficiente, tendo em conta a situação de cada Estado-Membro. Argumentaram que os países de trânsito não devem ser deixados sozinhos a gerir um grande número de refugiados e migrantes e que, para se revelar eficaz, o novo sistema de migração e asilo da UE deve ser desenvolvido em conformidade com determinados princípios. Os intervenientes chamaram a atenção para a necessidade de uma repartição equitativa da responsabilidade pelo acolhimento das pessoas, pelas operações de identificação, pela análise dos pedidos de asilo e pelo acolhimento dos refugiados, bem como pela realização do repatriamento. Tal implica um maior empenhamento na recolocação de refugiados no interior da União e na reinstalação de refugiados provenientes de países terceiros. No decurso do debate, fez-se também um apelo para que os serviços de polícia e os serviços judiciais adotem uma abordagem mais coordenada, com vista a desmantelar as redes criminosas de traficantes para quem a vida humana tem um valor meramente monetário. Os intervenientes referiram também a questão da abertura de vias legais de imigração para satisfazer as necessidades dos mercados de trabalho no contexto do envelhecimento da população da UE. Durante os debates, foram repetidas com frequência três palavras: humanidade, solidariedade e responsabilidade.

Na sessão de encerramento, os presidentes dos parlamentos coorganizadores, Sassoli e Schäuble, manifestaram a esperança de que a UE esteja pronta a cooperar e a elevar a um novo patamar as medidas tomadas em matéria de migração e asilo. O Presidente do Parlamento português, Ferro Rodrigues, propôs que se dê seguimento a estes temas importantes na segunda conferência de alto nível, que será organizada em 2021 sob a Presidência portuguesa do Conselho.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Foi alcançado o objetivo desta conferência de alto nível de iniciar um debate interparlamentar sobre todos os aspetos da migração. As futuras conferências de alto nível sobre este tema farão parte da agenda interparlamentar para 2021.

4.3 Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e assembleias parlamentares multilaterais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais presta regularmente apoio e facilita as relações com os parlamentos nacionais da UE no domínio da ação externa da União, para eventos e assembleias parlamentares multilaterais específicos. Em 2020, não se realizaram quaisquer eventos políticos importantes neste domínio. Não obstante, o Parlamento Europeu assumiu a Presidência da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, sob a liderança do Presidente Sassoli, com o objetivo de relançar as atividades da Assembleia após um longo impasse. Foi dado um novo ímpeto ao processo de alargamento nos Balcãs Ocidentais graças à adoção da «nova abordagem» e à abertura de negociações com a Albânia e a Macedónia do Norte. O ano de 2020 foi dedicado ao desenvolvimento de quadros de cooperação a nível do pessoal em vários domínios da ação externa da UE, em particular no que diz respeito ao apoio à democracia e ao reforço de capacidades, à diplomacia parlamentar e aos fóruns multilaterais.

A cooperação no domínio da ação externa da UE é já há vários anos um elemento da interação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE, indo além dos intercâmbios consolidados no âmbito da PESC/PCSD. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais ofereceu o seu apoio e conhecimentos especializados sempre que as instâncias políticas do Parlamento Europeu participaram, juntamente com os parlamentos nacionais, em eventos e fóruns multilaterais. A título de exemplo, destacam-se a Semana da Ucrânia (2016), a 10.ª Reunião da Parceria Parlamentar Ásia-Europa (ASEP10, 2018), a Conferência de Alto Nível sobre o Futuro da Observação Eleitoral Internacional (2018), a Dimensão Parlamentar da Cimeira do G7 (2019) e a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (2019). Com base nestas experiências, a Direção começou a analisar formas de contribuir para uma cooperação mais estruturada e permanente entre os serviços do Parlamento Europeu e os seus homólogos dos parlamentos nacionais.

O objetivo era aplicar aos domínios da diplomacia parlamentar, do apoio à democracia e do reforço de capacidades, bem como das ações em matéria de direitos humanos, determinadas atividades e métodos que estavam já a ser aplicados com sucesso no âmbito da cooperação política e institucional, do diálogo legislativo e do controlo parlamentar. Tais atividades e métodos incluem uma utilização bem-sucedida das redes a nível do pessoal, plataformas online para o intercâmbio de informações e documentos, e a experiência de colaboração com os parlamentos nacionais em diferentes fóruns que já adotam textos políticos.

Este assunto mereceu também o interesse da Direção-Geral das Políticas Externas (DG EXPO) do Parlamento Europeu, que também promoveu reflexões paralelas sobre as melhores práticas para a colaboração com os parlamentos nacionais. Para o efeito, em junho de 2020, a Direção organizou um seminário virtual para os representantes dos parlamentos nacionais, com Pietro Ducci, Diretor-Geral da DG EXPO.

A 22 de setembro de 2020, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, juntamente com a DG EXPO, organizou uma videoconferência para os colegas dos parlamentos nacionais sobre o apoio à democracia e o reforço de capacidades. A 23 de setembro, a Direção das Regiões da DG EXPO apresentou aos representantes dos parlamentos nacionais os objetivos e os planos da Presidência do Parlamento Europeu da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo.

A 30 de outubro de 2020, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais foi convidada a participar nos diálogos de sexta-feira («Friday Talks») da DG EXPO. A reunião intitulada «Parlamentos nacionais – Parceiros, e não rivais» realizou-se por videoconferência. O principal objetivo da iniciativa era explorar todo o potencial dos parlamentos nacionais no contexto dos seus contributos para o trabalho da DG EXPO no domínio das políticas externas.

Em 2020, foram lançadas as bases desta nova cooperação e aguardam-se em breve os primeiros resultados concretos nestes domínios. A rede de Apoio à Democracia, Direitos Humanos e Reforço de Capacidades entrará em funcionamento, com o apoio de uma subsecção específica na nova plataforma do IPEX. Os outros progressos deverão dizer respeito principalmente à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo e aos fóruns interparlamentares multilaterais, como a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e a Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). O objetivo é integrar a agenda geopolítica da UE na cooperação parlamentar como forma de promover e reforçar mais eficazmente as posições, os valores e os interesses europeus.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Desenvolvimento de novos domínios de cooperação entre a DG EXPO e a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais no domínio das atividades e eventos não relacionados com as comissões.
- Criação e lançamento de uma rede e comunicação estruturadas entre a administração do Parlamento Europeu e as dos parlamentos nacionais sobre o apoio à democracia, a fim de aumentar o impacto e a eficácia da diplomacia parlamentar, sobretudo na nossa vizinhança imediata, ou seja, os países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, e mesmo em África.

4.4 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu e outros intercâmbios bilaterais

As visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu são um instrumento e um formato em constante evolução para o diálogo interparlamentar. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.

Além disso, outras trocas de pontos de vista bilaterais podem ser uma forma útil de cooperação interparlamentar em pequena escala quando os deputados têm de iniciar a colaboração, concentrar-se em temas específicos ou aprofundar a colaboração em domínios concretos de interesse mútuo.

As visitas bilaterais são tradicionalmente uma forma importante de cooperação interparlamentar. As reuniões realizam-se a vários níveis e em vários formatos, desde os debates políticos de mais alto nível até às visitas de estudo de carácter técnico do pessoal. Tal como previsto, estes intercâmbios tiveram um bom começo logo no início de 2020, com um total de 16 visitas organizadas durante os primeiros dois meses do ano. Na primeira semana de março de 2020 teve lugar uma última visita. No anexo III encontra-se uma lista pormenorizada das visitas e dos temas abordados.

Desde o início da pandemia, não foi recebida nem enviada qualquer delegação em missão. Dezenas de visitas previstas e preparadas foram anuladas ou suspensas durante as primeiras semanas da pandemia.

No entanto, isso não fez cessar os contactos bilaterais. Durante a primavera de 2020, mantiveram-se ativamente os contactos bilaterais, primeiro através de chamadas telefónicas, depois, com a evolução da situação, através de videoconferência. É de salientar que os parlamentos que anteriormente tinham manifestado um forte interesse em organizar uma visita também participaram ativamente nas chamadas telefónicas e nas reuniões virtuais. Foi nomeadamente esse o caso do Parlamento britânico.

Mais tarde, no segundo semestre do ano, as videoconferências bilaterais começaram a tornar-se a norma, nomeadamente para a preparação, a nível administrativo, das reuniões entre o Parlamento Europeu e o Parlamento que assume a Presidência, mas também a nível político. A videoconferência é um formato de reunião muito eficaz em termos de custos para a realização de debates específicos, por exemplo entre os vice-presidentes do Parlamento Europeu e os presidentes das comissões dos assuntos da UE dos parlamentos nacionais, entre os presidentes das comissões ou entre os relatores e os presidentes das comissões dos parlamentos nacionais

Principais desenvolvimentos em 2020:

- O número de visitas bilaterais realizadas diminuiu de 62 em 2019 para 17 em 2020, devido à pandemia.
- A videoconferência tornou-se a norma para os intercâmbios bilaterais específicos e diretos, para além das reuniões interparlamentares habituais. Estes intercâmbios substituíram eficazmente a «função de estabelecimento de contactos». Pode partir-se do princípio de que a videoconferência continuará a ser utilizada no contexto da cooperação interparlamentar na era pós-COVID-19.

5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

5.1 O sistema de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados

Em virtude do princípio da subsidiariedade (consagrado no artigo 5.º do TUE), nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União tem de intervir apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, podendo por isso ser mais bem alcançados ao nível da União. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da ação da União não devem exceder o necessário para alcançar os objetivos dos Tratados.

Os Parlamentos nacionais velam pela observância do princípio da subsidiariedade de acordo com o processo previsto no Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Este Protocolo estabelece um mecanismo de revisão, o sistema de alerta precoce. Qualquer parlamento nacional pode – no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo – dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade.

5.1.1 Sistema de alerta precoce

No que respeita ao sistema de alerta precoce, os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais da UE são considerados de acordo com as seguintes categorias¹⁸.

1. Pareceres fundamentados: se tiverem sido recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 anexo aos Tratados¹⁹ e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade;
2. Contributos: quando não preenchem os critérios acima referidos.

Quando os pareceres fundamentados representem pelo menos um terço dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais, o projeto deve ser reapreciado («cartão amarelo»). A instituição autora do projeto de ato legislativo pode decidir mantê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, fundamentando a decisão tomada. No que se refere aos projetos de atos legislativos sobre a cooperação policial ou judiciária em matéria penal, este limiar é inferior (um quarto dos votos).

Se, no contexto do processo legislativo ordinário, pelo menos uma maioria simples dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais puser em causa a conformidade de uma proposta legislativa

¹⁸ Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais

¹⁹ Artigo 6.º do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses Parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos Parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os Parlamentos regionais com competências legislativas.»

com o princípio da subsidiariedade, a Comissão deve rever a sua proposta e decidir se a mantém, altera ou retira. Se decidir manter a proposta, a questão é reenviada ao legislador (Parlamento Europeu e Conselho) e a Comissão deve justificar a sua decisão (procedimento de «cartão laranja»). Caso o legislador considere que a proposta legislativa não é compatível com o princípio da subsidiariedade, poderá rejeitá-la por uma maioria de 55 % dos membros do Conselho ou por uma maioria simples dos votos expressos no Parlamento Europeu. Até à data, o procedimento de «cartão amarelo» foi acionado três vezes²⁰, enquanto o procedimento de «cartão laranja» nunca foi utilizado.

No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é a comissão responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade²¹. De seis em seis meses, um membro da comissão é nomeado relator permanente para a subsidiariedade, com base na rotação entre os grupos políticos.

Gilles Lebreton (ID) e Karen Melchior (RE)²² desempenharam o papel de relatores permanentes para a subsidiariedade em 2020. A Comissão JURI também elabora regularmente um relatório sobre o relatório anual da Comissão sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade.

5.1.2 Comunicações dos parlamentos nacionais da UE

Em 2020, o Parlamento Europeu recebeu 124 comunicações dos parlamentos nacionais da UE no âmbito do Protocolo n.º2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Destas comunicações, 13 eram pareceres fundamentados e 111 eram contributos.

Em 2019, o Parlamento Europeu recebeu 63 comunicações, todas elas contributos e nenhum parecer fundamentado.

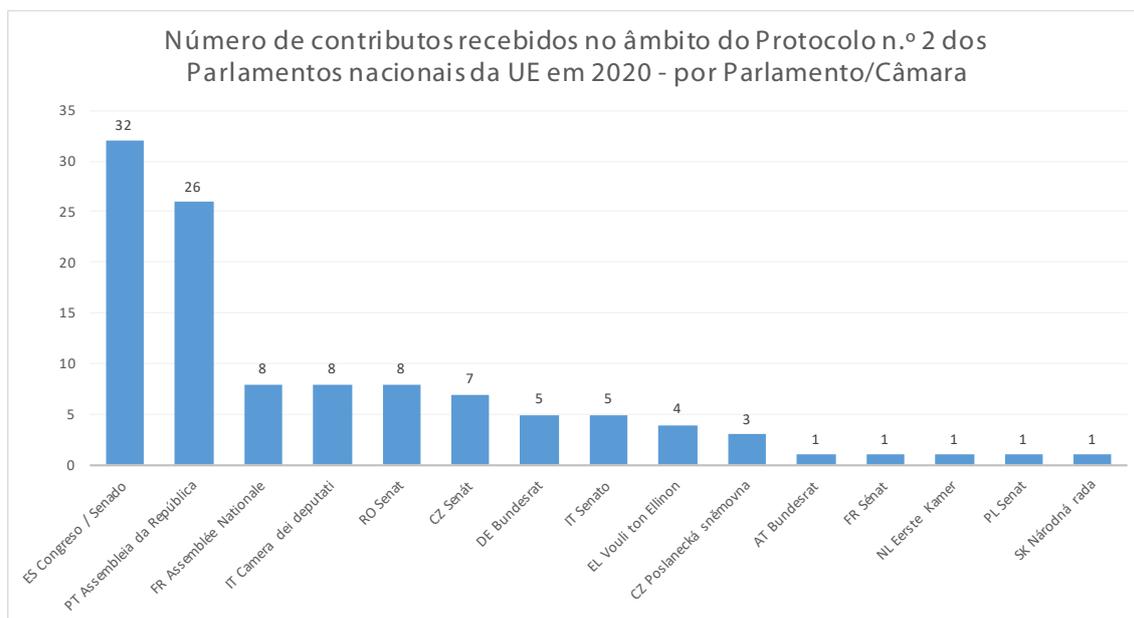
Este aumento de quase 50% do número de comunicações recebidas em 2020 em relação a 2019 pode explicar-se pelo facto de, em 2020, o Parlamento Europeu, não obstante o impacto da pandemia de COVID-19, ter trabalhado na sua plena capacidade legislativa, ao contrário do que sucedeu em 2019, ano de eleições.

20 O procedimento de «cartão amarelo» foi utilizado em 2012, quando a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços («Monti II»). A Comissão acabou por retirar a sua proposta, considerando, no entanto, que não se tinha verificado uma infração ao princípio da subsidiariedade. Foi novamente utilizado em 2013, após a apresentação da proposta de regulamento que instituiu a Procuradoria Europeia. A Comissão decidiu [manter a proposta](#), argumentando que era conforme com o princípio da subsidiariedade. Voltou a ser utilizado em 2016, contra a [proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores](#). A Comissão avançou numerosas [razões](#) para manter a sua proposta, considerando que a mesma não violava o princípio da subsidiariedade porque o destacamento de trabalhadores é, por natureza, uma questão transfronteiriça.

21 Nos termos do anexo VI, ponto XVI, do Regimento do Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos tem competência em matéria de «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».

22 «Identidade e Democracia» e «Renew Europe» são grupos políticos do Parlamento Europeu.

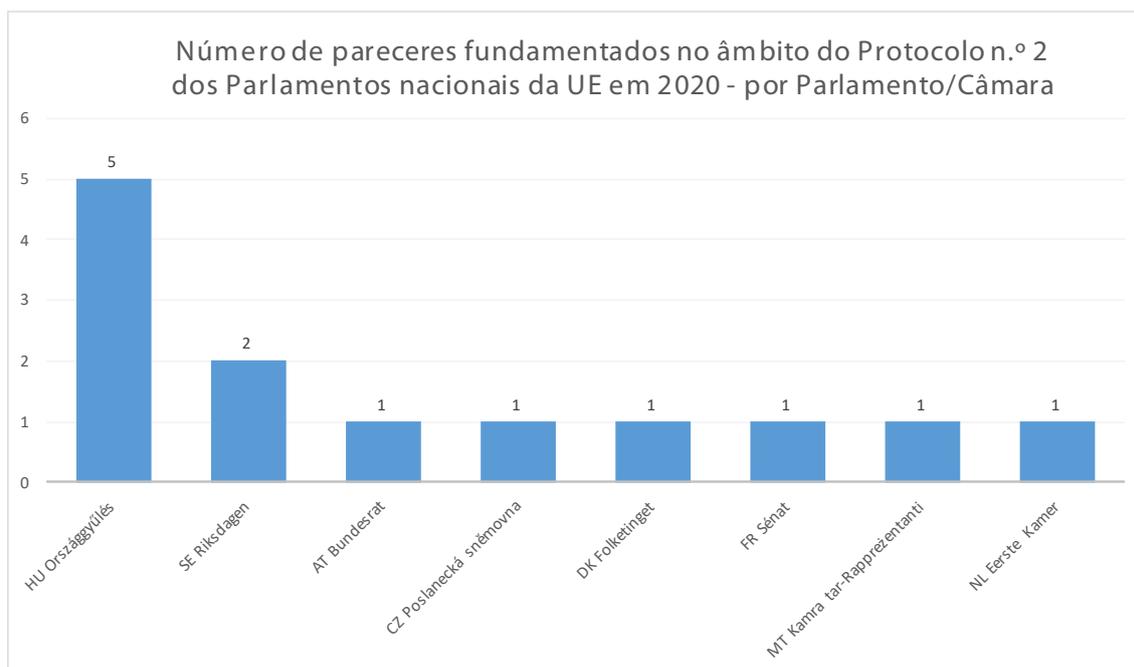
Contributos por Parlamento/Câmara:



O gráfico mostra a repartição por Parlamento/Câmara dos 111 contributos recebidos em 2020.

Em 2020, oito dos 41 parlamentos/câmaras (incluindo as duas câmaras do Reino Unido) apresentaram pareceres fundamentados e 15 apresentaram contributos. Os parlamentos que apresentaram mais pareceres fundamentados foram o Parlamento húngaro, com cinco pareceres fundamentados, e o Parlamento sueco, com dois. Os parlamentos/câmaras que mais contributos apresentaram foram, respetivamente, o Parlamento espanhol, com 32 contributos, e o Parlamento português, com 26. Ver as estatísticas relativas a 2020 no anexo IV.

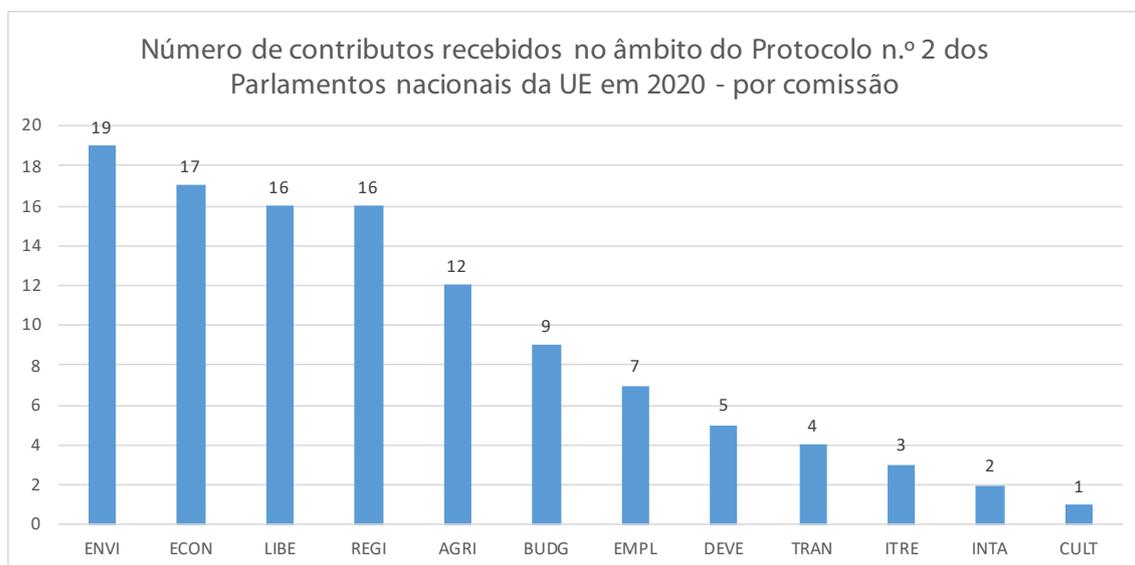
Pareceres fundamentados por Parlamento/Câmara:



O gráfico mostra a repartição por Parlamento/Câmara dos 13 pareceres fundamentados recebidos em 2020.

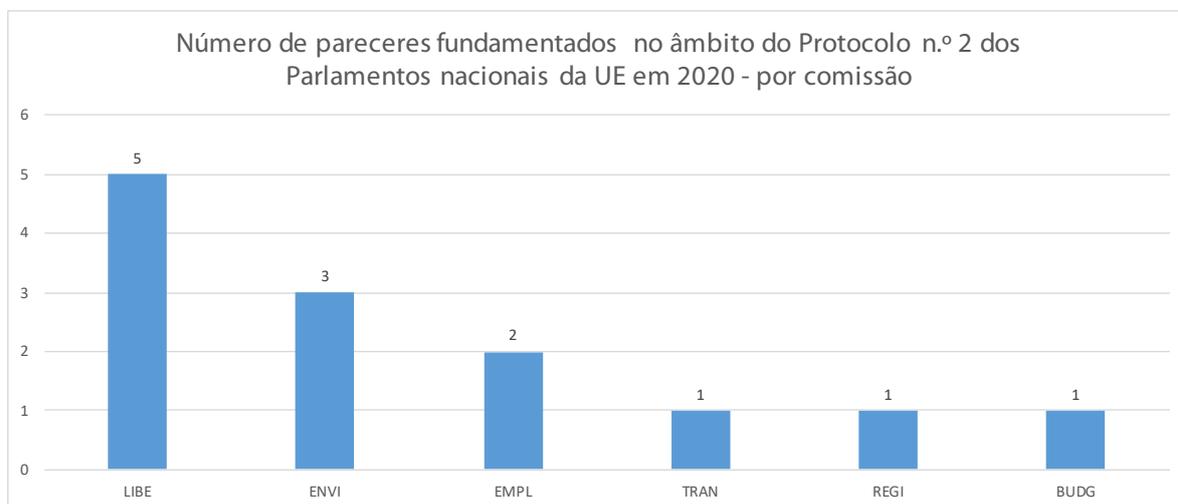
As comissões que receberam mais comunicações foram a Comissão do Ambiente (três pareceres fundamentados e 19 contributos), a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (17 contributos) e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (cinco pareceres fundamentados).

Contributos recebidos, por comissão:



Número de contributos recebidos em 2020, por comissão.

Pareceres fundamentados recebidos, por comissão:



Número de pareceres fundamentados recebidos em 2020, por comissão.

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, foi enviado aos parlamentos nacionais um total de 981 projetos de atos legislativos, para exame nos termos do Protocolo n.º 2. Em resposta, o Parlamento Europeu recebeu 3 460 comunicações dos Parlamentos nacionais. Destas últimas, 487 são pareceres fundamentados (14 %) e as restantes 2 973 são contributos (86 %).

Estas estatísticas confirmam que os parlamentos nacionais da UE utilizaram o Protocolo n.º 2 como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre a matéria de fundo da proposta e não tanto sobre a subsidiariedade. Tal pode refletir o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais zela por que todas as comunicações enviadas pelos parlamentos nacionais sejam facultadas aos deputados, aos órgãos políticos e aos serviços do Parlamento Europeu, aos quais fornece, em particular aos relatores, conhecimentos específicos e «briefings» sobre as comunicações dos parlamentos nacionais da UE ao longo de todo o ciclo legislativo, que serviram como contributo para a elaboração de relatórios das comissões e para as negociações do trílogo com o Conselho. A Direção também fornece dados, números e estatísticas sobre o número e a natureza destes documentos, e gere a base de dados CONNECT²³, que contém todos os pareceres fundamentados e contributos recebidos dos parlamentos nacionais

Principais desenvolvimentos em 2020:

- A COVID-19 afetou o número e os domínios de intervenção das propostas e contribuiu para encurtar o ciclo legislativo, a fim de permitir à UE reagir em tempo útil à propagação da pandemia. Neste contexto, algumas leis foram adotadas no âmbito de um procedimento acelerado, em que o período de consulta de oito semanas não pôde ser cumprido, atendendo à urgência da situação sanitária em todos os Estados-Membros.

5.1.3 Nota mensal sobre o ponto da situação

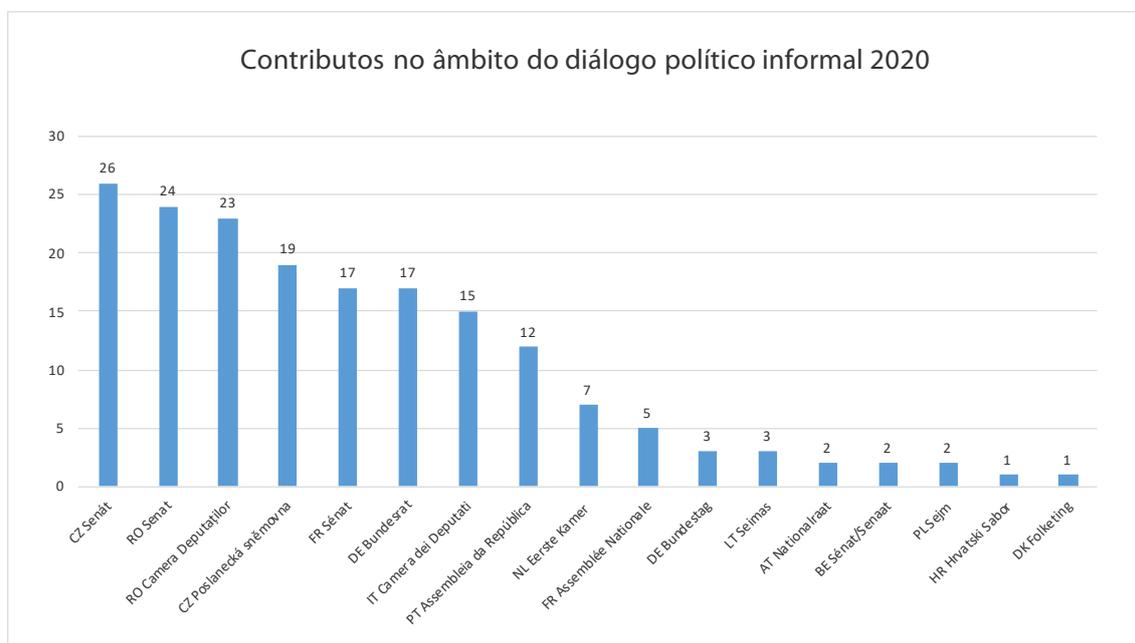
A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também produz mensalmente uma «State of Play Note» (Nota sobre o ponto da situação) sobre os pareceres fundamentados e contributos apresentados ao abrigo do Protocolo n.º 2. Cada nota, enviada aos deputados e aos serviços competentes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, apresenta uma panorâmica de todas as comunicações recebidas desde a nota anterior e remete para todos os dossiês legislativos inscritos na ordem do dia do período de sessões seguinte do Parlamento Europeu. As notas constam igualmente do dossiê das reuniões da Conferência dos Presidentes das Comissões do Parlamento Europeu. As notas sobre o ponto da situação são também publicadas antes de cada período de sessões do Parlamento Europeu no sítio Web da Direção.

²³ Para mais informações, consultar o capítulo 7.2.

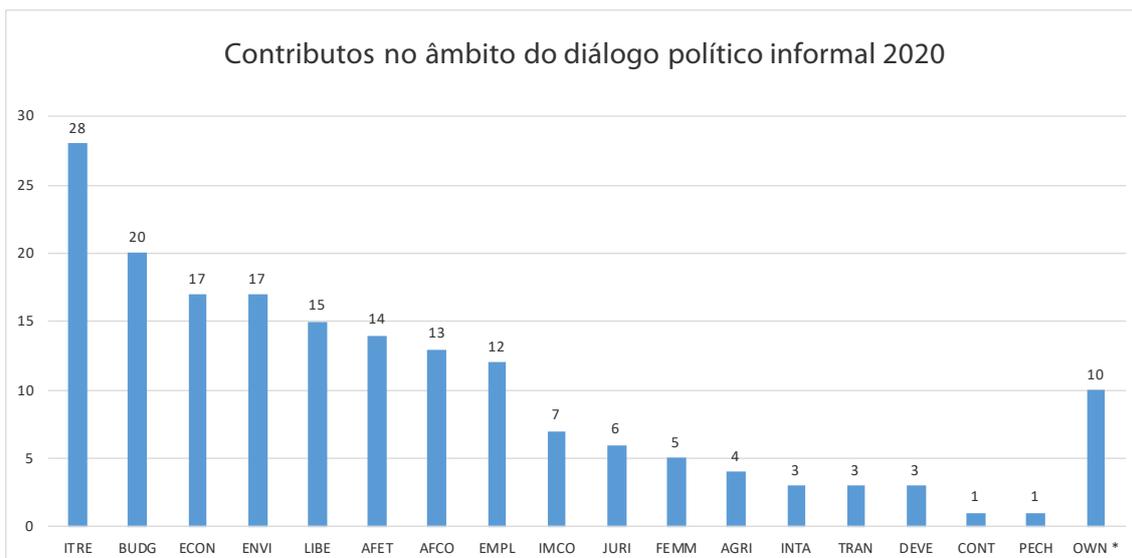
5.2 O diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 anexo aos Tratados

O Protocolo n.º 1 anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia permite aos parlamentos nacionais da UE apresentarem observações sobre dossiês legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre uma grande diversidade de documentos não legislativos, nomeadamente documentos relacionados com debates em curso a nível europeu, livros verdes, livros brancos, ou comunicações da Comissão. Estes contributos são tratados no âmbito do «diálogo político informal».

Em 2020, os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar ativamente este instrumento, tendo apresentado 179 contributos. Neste contexto, os três parlamentos/câmaras mais ativos em 2020 foram o Senado checo (26), o Senado romeno (24) e a Câmara dos Deputados romena (23).



As quatro comissões que receberam mais contributos no âmbito do diálogo político informal foram a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE), com 28, a Comissão dos Orçamentos (BUDG), com 20, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), com 17, e a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI), também com 17.



10 pareceres de iniciativa dos parlamentos nacionais não foram atribuídos às comissões do Parlamento Europeu. Para ver a lista completa das comissões do Parlamento Europeu e respetivas abreviaturas, consultar <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/about/list-of-committees>.

Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu 2 444 contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1, que também estão publicados na base de dados CONNECT²⁴. O anexo V contém dados estatísticos pormenorizados sobre os contributos recebidos em 2020 no âmbito do diálogo político informal.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal aumentou 55 %, tendo passado de 115 em 2019 para 179 em 2020. Este aumento deve-se, muito provavelmente, ao facto de 2020 ter sido o primeiro ano após as eleições europeias. As negociações sobre o novo QFP também decorreram em 2020.
- É frequente os parlamentos nacionais fornecerem uma síntese em inglês, a par dos seus contributos na respetiva língua nacional ao abrigo do Protocolo n.º 2 e do Protocolo n.º 1, o que facilita o trabalho dos legisladores.

24 <https://europarl.europa.eu/relnatpar/en/subsidiarity-and-ipd/informal-political-dialogue>

6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

6.1 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)

O Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) tem por objetivo apoiar a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma e uma rede para o intercâmbio eletrônico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 39 câmaras de 27 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é constantemente aperfeiçoado, de molde a satisfazer as necessidades em constante evolução dos seus utilizadores. O objetivo final é tornar o IPEX o «balcão único» para as atividades interparlamentares.

O IPEX tem sido caracterizado de diversas formas, nomeadamente como uma «ferramenta», uma «plataforma» e uma «rede». Estas três definições são a prova da sua evolução. A transição do IPEX de uma ferramenta para uma rede tem sido lenta, mas está agora a concretizar-se.

O ano de 2020 começou com uma evolução muito positiva para o IPEX. Na reunião do conselho de administração do IPEX em Viena, e posteriormente na reunião dos Secretários-Gerais da UE, o Parlamento Europeu anunciou que



estava em condições de realizar o desenvolvimento informático necessário para o novo sítio Web v3 do IPEX, há muito previsto. Tal abriu caminho à fase final do programa de trabalho do IPEX para o período de 2017-2020.

Desde a sua criação, o IPEX tem-se caracterizado pela sua capacidade de evolução constante. O projeto muito ambicioso da preparação da nova plataforma do IPEX (IPEX v3) e da adoção de um segundo programa de trabalho plurianual representaram, por conseguinte, um volume de trabalho elevado para todos os intervenientes envolvidos na experiência do IPEX.

A conceção e a execução da nova plataforma ficaram a cargo da Direção-Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico (DG ITEC) do Parlamento Europeu. Os trabalhos prosseguiram ao longo do ano, embora as prioridades da DG ITEC tenham mudado drasticamente devido à pandemia e ao salto digital que esta exigiu. O calendário inicial para o lançamento do novo sítio Web em dezembro não pôde ser cumprido, mas todos os parlamentos se mostraram compreensivos em relação a este pequeno contratempo.

Os diferentes órgãos do IPEX (conselho de administração, grupos de trabalho, presidentes) dedicaram a sua única reunião física (realizada em Viena, a 17 de janeiro, sob a Presidência austríaca) e as várias reuniões à distância (de 5 de junho, de 15 de outubro e de 26 de novembro, sob a Presidência finlandesa) a uma revisão exaustiva do trabalho realizado ao longo dos três anos precedentes e à elaboração de um novo programa de trabalho para os três anos seguintes. Também para o IPEX, era necessário um balanço da situação a fim de se preparar para o futuro.

Em parte, porque a evolução prevista do IPEX representa um alargamento considerável do seu âmbito de atividades, a adoção formal do novo programa de trabalho ficou pendente de uma decisão nas reuniões do conselho de administração de 2021. Este atraso deve-se a um sentimento de responsabilidade partilhada pelo IPEX e à preocupação comum relativa à utilização contínua das suas capacidades da melhor forma possível. A nova rede, juntamente com o novo sítio Web, destinava-se a ampliar as funções da rede do IPEX muito além do seu papel de instrumento de controlo da observância do princípio da subsidiariedade e de repositório de documentos para as reuniões e conferências interparlamentares. A Presidência finlandesa do IPEX pretendia elaborar um «programa de trabalho evolutivo» que pudesse ser revisto a qualquer momento durante a sua execução, se o conselho de administração assim decidisse. Os debates mostraram existir consenso quanto ao facto de a exatidão técnica da base de dados bem como a utilidade, a acessibilidade e a fiabilidade de toda a rede do IPEX deverem continuar a ser as principais prioridades do programa de trabalho evolutivo.

Ao mesmo tempo, graças às funções avançadas possibilitadas pelo novo sistema digital, o IPEX oferecerá aos parlamentos uma capacidade reforçada para trocar entre si todos os tipos de documentos e informações parlamentares. O IPEX deve, por conseguinte, estar aberto a novas iniciativas e desenvolvimentos interparlamentares, incluindo o reforço das redes temáticas interparlamentares (nomeadamente a relativa ao apoio à democracia e, eventualmente, as relativas ao Semestre Europeu e à gestão do ambiente).

As novas funções incluídas na plataforma v3 do IPEX exigem que o novo programa de trabalho dedique uma atenção constante às atividades de formação, com vista a assegurar o contributo exato de uma rede de correspondentes especializados e a reforçar a utilidade do IPEX tanto para os utilizadores internos como externos.

As novas ferramentas do sítio Web desempenharão também um papel importante na promoção das atividades parlamentares e interparlamentares no domínio dos assuntos europeus. O sítio Web do IPEX deve ser considerado como o local indicado para obter informações sobre as CIP e as atividades e os documentos relacionados com os parlamentos nacionais da UE. Esta evolução permitiria igualmente ao IPEX visar outros utilizadores para além dos correspondentes nacionais, e de uma forma mais ampla. Esta abordagem cria novas oportunidades para alargar o público potencial do IPEX, aumentando assim a visibilidade deste instrumento.

Estatísticas sobre o IPEX²⁵:

O IPEX publica atualmente mais de 112 000 páginas produzidas pelos parlamentos nacionais e pelas instituições da UE, com informações sobre o controlo parlamentar em quase 84 000 documentos elaborados pelos parlamentos nacionais e ligados a cerca de 12 000 dossiês. Em 2020, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados no IPEX era de 1 092 (2019: 812; 2018: 1 053; 2017: 1 064; 2016: 805).

Em 2020, o sítio Web do IPEX contou com 426 136 visitantes únicos, o que confirma a tendência geral para o aumento observado ao longo dos últimos anos (2019: 342 355; 2018: 285 881; 2017: 307 737; 2016: 253 264; 2015: 234 480). O número de páginas visualizadas – 25 383 775 – embora inferior ao recorde de 2019, ainda se encontra muito acima dos valores dos anos precedentes (2019: 43 097 236; 2018: 15 939 723; 2017: 5 736 506).

Principais desenvolvimentos em 2020:

- O Parlamento Europeu iniciou o desenvolvimento da nova plataforma v3 do IPEX. Embora tenha sido iniciado o processo de adoção de um programa de trabalho evolutivo do IPEX para os próximos três anos, tal processo ainda não foi concluído.

25 Estatísticas de 15 de janeiro de 2021.

6.2 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o CEIDP tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 39 na União Europeia) de 54 países e instituições da UE. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas.

Ao longo da crise sanitária, a rede do CEIDP tem sido muito ativa e tem trocado constantemente informações e experiências sobre a forma como os parlamentos responderam aos desafios da pandemia. O surto de COVID-19 teve obviamente um impacto profundo no trabalho parlamentar, tendo sido enviados numerosos



pedidos com a finalidade de perceber a forma como as outras câmaras estavam a lidar com a situação (ver também o anexo VI). Em resposta à grande quantidade de informações recolhidas, foi criada uma nova página dedicada à COVID-19 no sítio Web do CEIDP. Esta iniciativa revelou-se útil e teve um grande sucesso, uma vez que facilitou muito o acesso aos dados partilhados.

A crise sanitária e a impossibilidade de realizar presencialmente as reuniões estatutárias e os seminários regulares do CEIDP levaram também à necessidade de inovar através da utilização de tecnologias de videoconferência para assegurar as atividades essenciais. Um dos principais objetivos das reuniões do CEIDP é manter uma rede de contactos pessoais entre os colegas dos parlamentos nacionais a fim de promover o intercâmbio de informações, ideias, experiências e boas práticas. Não obstante, os seminários online organizados no segundo semestre do ano tiveram o mérito específico de permitir uma maior participação dos colegas, alguns dos quais, de outra forma, não teriam podido viajar. Por conseguinte, é muito provável que esta prática se mantenha e seja desenvolvida nos próximos anos, pelo menos para algumas reuniões.

O ano de 2020 serviu igualmente para reforçar o valor acrescentado e a eficácia do CEIDP. Em particular, foi dada especial atenção ao aumento da visibilidade do grande fluxo de informação resultante das respostas aos pedidos de informação comparativa. Tal foi conseguido principalmente através da modificação do sítio Web e do incentivo à publicação de um maior número de sínteses, que podem ser partilhadas mais amplamente com os vários serviços parlamentares em causa.

i. Pedidos de informação comparativa

Em 2020, os parlamentos membros do CEIDP apresentaram à rede 326 pedidos de informação comparativa e 8 475 respostas, o que representa um aumento em comparação com os 306 pedidos e as 7 310 respostas de 2019.

Como seria de esperar, desde março de 2020, a rede do CEIDP recebeu muitos pedidos relacionados com a COVID-19: quase um terço do número total de pedidos em abril e maio. Surgiu uma clara necessidade de trocar informações sobre a forma como os outros parlamentos reagiram à situação e de aprender com a experiência uns dos outros. Tendo em conta o fluxo crescente de pedidos e respostas, o Secretariado do CEIDP decidiu, em abril de 2020, criar uma página dedicada à COVID-19 no sítio Web do CEIDP a fim de organizar o fluxo significativo de informações.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais também prestou apoio aos serviços do Parlamento Europeu, facilitando e transmitindo os seus pedidos à rede do CEIDP. No total, o Parlamento Europeu apresentou 12 pedidos à rede do CEIDP em 2020. Tal representa um ligeiro decréscimo em relação a 2019, ano em que o Parlamento Europeu apresentou 16 pedidos. No entanto, o Parlamento Europeu forneceu 81 respostas a pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP, o que representa um aumento significativo em comparação com as 29 respostas de 2019 e as 31 de 2018.

ii. Sínteses

Há muito que estão a ser estudadas soluções para incentivar a elaboração de sínteses, mas não foi encontrada qualquer solução. Em agosto de 2020, a grande maioria das respostas dos correspondentes ao pedido n.º 4 475 sobre a eficácia do CEIDP confirmou a necessidade de chegar a acordo sobre uma metodologia e orientações comuns para harmonizar as sínteses e melhorar a sua visibilidade.

A este respeito, a nova versão do sítio Web do CEIDP, colocada online em outubro de 2020 com o apoio dos serviços informáticos do Parlamento Europeu, visava modificar o painel dos correspondentes a fim de os convidar a apresentar as suas sínteses e de dar visibilidade às que já foram carregadas no sítio Web do CEIDP. Na sequência desta reflexão, em 2020, a percentagem de sínteses do CEIDP aumentou consideravelmente, tendo 28,8 % dos pedidos conduzido à publicação de uma análise de respostas (em comparação com 16 % em 2019 e 11,3 % em 2018).

iii. Reuniões estatutárias

A reunião do Comité Executivo prevista para março, em Estrasburgo, foi anulada devido ao surto de coronavírus. As reuniões do Comité Executivo foram realizadas à distância a 26 de maio e 1 de julho, a partir da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo, e a 25 de setembro, a partir do Parlamento finlandês. O principal objetivo destas reuniões foi a preparação da próxima conferência anual.

O Comité Executivo congratulou-se com a secção do sítio Web do CEIDP dedicada a todos os pedidos e respostas dos parlamentos no contexto da COVID-19. Sublinhou que, durante o período de confinamento, o CEIDP desempenhara um papel importante no intercâmbio de informações e de boas práticas e demonstrara a sua pertinência e eficácia. O Comité Executivo lançou igualmente uma reflexão sobre a eficácia do fluxo de trabalho do CEIDP.

Atendendo às incertezas em torno da evolução da pandemia de COVID-19 e às restrições impostas por cada Parlamento no que respeita às deslocações e às reuniões presenciais, a Conferência

Anual dos Correspondentes do CEIDP teve lugar à distância a partir de Escópia (Macedónia do Norte), em outubro de 2020. A fim de aumentar a eficácia da rede do CEIDP, a Conferência Anual dos Correspondentes aprovou as conclusões sobre a «eficácia do CEIDP» preparadas pelo Comité Executivo e considerou que a elaboração de sínteses deve ser fortemente recomendada, incentivada e apoiada por meios tecnológicos. No que diz respeito às redes dos parlamentos nacionais da UE (IPEX, representantes dos parlamentos nacionais junto do Parlamento Europeu, COSAC), os correspondentes da UE do CEIDP são incentivados a trocar informações com todos os seus colegas envolvidos nas relações interparlamentares. Foi igualmente proposto que o Parlamento Europeu examinasse as possíveis ligações com o IPEX e os representantes dos parlamentos nacionais, por forma a evitar inquéritos paralelos.

iv. Seminários

Em 2020, o surto de COVID-19 afetou drasticamente a organização dos seminários do CEIDP. No início do confinamento, foi tomada a decisão de anular ou adiar todas as reuniões. À medida que a situação de pandemia foi evoluindo, foi considerada a possibilidade de realizar seminários à distância durante o segundo semestre. No entanto, muitos seminários foram adiados para 2021, uma vez que a distância física e a curta duração de uma reunião virtual dificultariam a boa colaboração em rede entre os participantes.

Apesar das circunstâncias extraordinárias, o seminário anual no âmbito do domínio de interesse «Bibliotecas, serviços de estudos e arquivos» do CEIDP, organizado pelo Parlamento Europeu, teve lugar online a 12 e 13 de novembro de 2020. Este seminário realizado à distância contou com 50 participantes de 23 câmaras parlamentares e organizações internacionais e constituiu um fórum de intercâmbio entre os serviços de estudos parlamentares, as bibliotecas e os serviços de documentação sobre a forma como a crise do coronavírus tinha afetado os métodos de trabalho, os produtos, os serviços e os recursos e sobre o tipo de transformações e inovações que foram promovidas a fim de assegurar a continuidade das atividades.

Dita Charanzová, Vice-Presidente do Parlamento Europeu responsável pelas relações com os parlamentos nacionais, Rainer Wieland, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, e Klaus Welle, Secretário-Geral do Parlamento Europeu, intervieram no seminário, apresentando os seus próprios pontos de vista sobre a forma como o Parlamento Europeu prosseguiu o seu trabalho durante a pandemia. O Secretariado do CEIDP participou igualmente na organização de outros dois seminários online a partir de Viena no âmbito do domínio de interesse «Práticas e procedimentos parlamentares», em estreita cooperação com o Parlamento austríaco: um a 6 de junho, intitulado «Privilégio parlamentar e Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados», e outro a 12 e 13 de novembro, intitulado «Parlamentos, Direito Constitucional e alteração constitucional».

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Em 2020, foram introduzidas várias modificações no sítio Web do CEIDP. As mais importantes dizem respeito a melhorias destinadas a aumentar a visibilidade das sínteses.
- Maior participação nos seminários online.

6.3 Programas de apoio ao Parlamento na Presidência

O Parlamento Europeu tem vindo a promover constantemente uma cooperação estreita entre a sua própria administração e as dos parlamentos nacionais, em especial na fase preparatória da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. O Parlamento Europeu oferece a cada novo Parlamento na Presidência a oportunidade de participar num programa organizado para o pessoal em Bruxelas, com vista à preparação das atividades no contexto da dimensão parlamentar da Presidência. O Parlamento Europeu pode conceber, com base em pedidos, necessidades e prioridades concretos, um programa de apoio específico para o Parlamento na Presidência. Esta iniciativa proporciona a oportunidade de estabelecer contactos profissionais e pessoais com todas as partes interessadas e permite a partilha eficaz de informações e conhecimentos especializados, facilitando assim a continuação dos trabalhos e garantindo a coerência. O Parlamento Europeu pode contribuir para o custo do programa numa base partilhada com o respetivo parlamento nacional.

Nos últimos anos, vários Estados-Membros da UE assumiram, pela primeira vez, a Presidência do Conselho da UE. Os parlamentos destes países mostraram-se particularmente interessados nos Programas do Parlamento Europeu de apoio ao Parlamento na Presidência. Ao assumir a Presidência, a Croácia fechou a lista dos países da UE a assumir a Presidência do Conselho da UE pela primeira vez desde a sua adesão à UE. No entanto, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais decidiu alargar o programa de apoio ao Parlamento na Presidência a todas as futuras Presidências, uma vez que este demonstrou ser um instrumento útil durante a fase de preparação das Presidências e que a cooperação interparlamentar está sujeita a evoluções contínuas. Nos últimos anos, as Presidências do Conselho da UE colocaram mais ênfase e investiram mais na dimensão parlamentar, com vista a aumentar o número de eventos, reuniões e iniciativas que realizam durante o semestre da sua Presidência, em comparação com o que se fazia há uma década.

Por conseguinte, foi organizada uma visita de estudo a Bruxelas, em janeiro de 2020, para 20 funcionários da Assembleia da República portuguesa que viriam a ser responsáveis pela preparação da dimensão parlamentar da Presidência portuguesa durante o primeiro semestre de 2021. Este programa específico implicou contactos com os secretariados das comissões competentes do Parlamento Europeu, o Serviço de Protocolo e os departamentos temáticos. O objetivo das reuniões foi o intercâmbio de experiências e de boas práticas no que diz respeito à organização de importantes reuniões e conferências interparlamentares como a COSAC, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa e as reuniões do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol. Os funcionários portugueses tiveram a oportunidade de estabelecer contactos pessoais com os seus interlocutores do Parlamento Europeu, contactos que ajudaram a facilitar a organização da dimensão parlamentar da Presidência portuguesa.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais trabalhou no sentido da adaptação do programa de apoio ao Parlamento na Presidência às circunstâncias específicas devido às quais as deslocações e as reuniões presenciais foram limitadas e preparou-se para oferecer «visitas virtuais» às próximas Presidências interessadas, enquanto for necessário. Os preparativos para o lançamento do programa para o Parlamento esloveno na Presidência, no início de 2021, tiveram lugar durante o último trimestre de 2020.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Em 2020, a Croácia foi o último dos países da UE a assumir a Presidência do Conselho da UE pela primeira vez desde a sua adesão à UE. O programa de apoio ao Parlamento na Presidência foi alargado a todas as Presidências futuras.

6.4 Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos/câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991, com o intuito de reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu disponibiliza gratuitamente aos representantes, mediante pedido, gabinetes e outras estruturas internas nas suas instalações em Bruxelas e Estrasburgo.

Os parlamentos nacionais da UE enviam funcionários nacionais a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. Atualmente, 56 funcionários²⁶ dos 27 parlamentos nacionais da UE ocupam 36 gabinetes nas instalações do Parlamento Europeu²⁷. Estes funcionários nacionais, para além das funções administrativas que lhes foram atribuídas, são responsáveis pela partilha mútua de informações (fluxo recíproco entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE), fator decisivo nos assuntos da UE.

Os representantes trabalham no mesmo edifício que alberga a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios. Em 2020, em resposta à pandemia de coronavírus, a Direção e os representantes passaram, com êxito, para um regime predominantemente de teletrabalho, tal como a maior parte da administração do Parlamento Europeu, seguindo instruções do Presidente do Parlamento Europeu e do seu Secretário-Geral. Muitos dos representantes regressaram aos seus países, onde exerceram as suas funções em teletrabalho. Os representantes dos parlamentos nacionais tiveram de respeitar as mesmas restrições no que respeita ao trabalho nos gabinetes do que o restante pessoal do Parlamento Europeu. Por conseguinte, alguns serviços foram reforçados, de modo a abranger os representantes dos parlamentos nacionais, como os serviços que permitem o acesso ao centro de testes COVID-19 no Parlamento Europeu.

Uma vez que as reuniões presenciais deixaram de ser possíveis, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou vários seminários e apresentações virtuais com os representantes durante o segundo semestre do ano, nomeadamente no domínio das relações externas do Parlamento Europeu, com colegas da DG EXPO.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Os desafios decorrentes da pandemia afetaram fortemente o trabalho dos representantes dos parlamentos nacionais e muitos deles trabalharam em regime de teletrabalho a partir dos seus países. Os representantes que trabalhavam a partir das instalações do Parlamento Europeu tiveram de respeitar as mesmas restrições que o pessoal do Parlamento, mas, por este motivo, puderam também utilizar determinados serviços, como o centro de testes de COVID-19.
- As reuniões ou os seminários presenciais com os representantes foram suspensos. A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais criou vários seminários e apresentações virtuais, nomeadamente sobre relações externas, com colegas da DG EXPO.

26 Uma lista dos representantes dos parlamentos nacionais está disponível em: <https://europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments>

27 Situação a 15 de janeiro de 2020, incluindo o Secretariado da COSAC e o responsável pela informação do IPEX.

6.5 Seminários para o pessoal

Desde 2019, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais organizou uma série de seminários para o pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais da UE. O objetivo era reunir membros do pessoal dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a fim de apresentar e debater temas europeus relevantes, promover a aprendizagem interpares e proceder ao intercâmbio de boas práticas. Tal está em consonância com a resolução do Parlamento Europeu sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais²⁸, que sugere que «uma melhor interação e um melhor intercâmbio de informações entre os deputados do Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais poderiam contribuir para melhorar o escrutínio do debate europeu a nível nacional e assim promover uma cultura parlamentar e política genuinamente europeia».

Para além da cooperação interparlamentar a nível político, um importante desenvolvimento nos últimos anos foi a organização de seminários para o pessoal, a fim de facilitar os intercâmbios técnicos ao nível do pessoal. Os seminários para o pessoal constituem uma plataforma importante para a administração do Parlamento realizar intercâmbios mais específicos centrados em domínios de interesse comum. Estes seminários constituem um elemento dinâmico do trabalho, tanto do Parlamento Europeu, como dos parlamentos nacionais da UE.

A 16 e 17 de janeiro de 2020, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, em conjunto com a Unidade de Apoio à Governação Económica da Direção-Geral das Políticas Internas da União, organizou um seminário intitulado «The launch of the 2020 European Semester cycle» (O início do ciclo do Semestre Europeu de 2020), que juntou cerca de 44 membros do pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais. O seminário incidiu na partilha das informações mais recentes sobre o Semestre Europeu, incluindo as novas prioridades económicas, e no reforço da cooperação e na melhoria da compreensão do novo ciclo do Semestre Europeu através da partilha de conhecimentos e do intercâmbio de práticas de excelência.

Outro seminário para o pessoal, previsto para 23 e 24 de abril, subordinado ao tema do diálogo mundial sobre o controlo pós-legislativo, coorganizado pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS) e pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, em cooperação com a OCDE e a Westminster Foundation for Democracy, foi cancelado devido à pandemia. A expectativa é que volte a ser organizado em 2021.

A 22 de setembro, a DG EXPO organizou um seminário virtual para o pessoal para inaugurar uma rede de colegas que trabalham nos domínios do apoio à democracia e do reforço das capacidades. Este seminário juntou 46 participantes de 26 câmaras de parlamentos nacionais. Foi organizado pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

A Rede de intercâmbio ambiental, composta por entidades administrativas responsáveis pela gestão ambiental dos parlamentos, organizou um seminário virtual a 27 de novembro de 2020. O seminário foi coorganizado pela Unidade EMAS do Parlamento Europeu e pela Chancelaria do Parlamento austríaco.

28 [Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais \(https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52018IP0186\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52018IP0186)

Estava também inicialmente previsto um seminário destinado ao pessoal dos serviços médicos dos parlamentos nacionais da UE, mas esta iniciativa foi anulada devido aos acontecimentos.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Apesar dos desafios resultantes da pandemia, foram organizados vários seminários para o pessoal, na sua maioria em formato virtual.
- Foi finalizado um manual sobre seminários para o pessoal, cujo objetivo é facilitar a organização futura deste tipo de seminários.

7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO

7.1 Organização de reuniões à distância e videoconferências

Ainda antes da pandemia de COVID-19, o Parlamento Europeu tinha utilizado sistemas de videoconferência como instrumento para facilitar a cooperação interparlamentar. Desde há muito que o Parlamento Europeu dispõe de soluções técnicas que permitem videoconferências com uma imagem e uma qualidade sonoras muito elevadas, bem como a interpretação em várias línguas. No entanto, o recurso às videoconferências era limitado. Durante a crise sanitária, a necessidade de adaptar a forma de trabalhar e de cooperar provocou um enorme salto digital e técnico na organização de reuniões parlamentares à distância, tal como explicado em várias partes do presente relatório²⁹.

O Parlamento Europeu, devido à sua composição específica, com deputados de 27 países diferentes, está há muito ciente dos benefícios da videoconferência: permite um contacto mais regular entre os deputados, reduzindo simultaneamente o tempo de viagem, os custos das deslocações e a pegada de carbono. Em suma, a videoconferência é um instrumento eficaz em termos de custos e respeitador do ambiente para organizar reuniões, pelo que foram investidos recursos adequados para a apoiar. No que diz respeito à cooperação interparlamentar, o grupo de trabalho constituído sob a Presidência finlandesa para atualizar as orientações para a cooperação interparlamentar na UE informou que uma melhor utilização dos meios de comunicação modernos poderia facilitar ainda mais a cooperação interparlamentar, tanto em contextos bilaterais como multilaterais. No entanto, em 2019, apenas foram organizadas três videoconferências no contexto da cooperação interparlamentar. Afigura-se que tal se ficou a dever, também, a várias limitações e condicionalismos técnicos, bem como à falta de equipamento adequado ou compatível em alguns parlamentos nacionais.

O surto de COVID-19 e as restrições em termos de viagens e deslocações forçaram todos os parlamentos a envidar esforços especiais para garantirem o exercício das suas atividades essenciais em 2020. Para muitos parlamentos, tal implicou acelerar a implantação de soluções técnicas de apoio às reuniões à distância. A cooperação parlamentar e interparlamentar sofreu um retrocesso no início da pandemia, mas rapidamente se adaptou às novas realidades. O intercâmbio de informações, o intercâmbio de pontos de vista e as reuniões parlamentares foram retomados à distância.



Roberta Metsola, primeira vice presidente do PE, e Dita Charanzová, vice presidente do PE, intervindo, à distância, durante a conferência virtual da COSAC, organizada em Berlim © Presidência alemã

29 Ver, por exemplo, a Secção I sobre «As consequências da pandemia de COVID-19 na cooperação interparlamentar».

O Parlamento Europeu utilizou uma plataforma que permite a realização de reuniões multilingues com um regime de interpretação integral para as reuniões das comissões e as conferências interparlamentares. Organizou várias reuniões interparlamentares à distância a nível das comissões em 2020, nomeadamente o GCPC sobre a Eurojust, a Conferência de alto nível sobre migração e 4 reuniões interparlamentares de comissões, incluindo a relativa à avaliação da Eurojust.

As reuniões à distância demonstraram igualmente ser um formato particularmente eficiente para sessões informais de informação, reuniões ad hoc e intercâmbios específicos com oradores de alto nível.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- As reuniões à distância por videoconferência, ainda muito limitadas em 2019, tornaram-se canais de comunicação normais em 2020, desde videoconferências bilaterais informais a conferências de alto nível complexas com participantes numerosos.
- Um maior número de deputados e deputados ao Parlamento Europeu participou nas reuniões à distância, tal como muitos oradores de alto nível que, aparentemente, estavam mais prontamente disponíveis para reuniões à distância do que para reuniões presenciais.
- O Parlamento Europeu deu um enorme salto na aquisição de conhecimentos técnicos e dos recursos necessários para realizar reuniões à distância.

7.2 CONNECT – a base de dados do Parlamento Europeu de documentos dos parlamentos nacionais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais disponibiliza aos deputados europeus (em particular aos relatores) e aos órgãos políticos e serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos sobre os contributos dos parlamentos nacionais, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2, ao longo de todo o ciclo legislativo. Neste contexto, a Direção gere a base de dados CONNECT, que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ao abrigo dos Protocolos n.os 1 e 2. Os pareceres fundamentados relativos ao sistema de alerta precoce estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE.

Desde 2017 que a base de dados CONNECT pode ser consultada no sítio Web da Direção³⁰. Todas as informações contidas na base de dados CONNECT, incluindo os pareceres fundamentados

CONNECT

e os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, estão diretamente disponíveis na aplicação eCommittee, o espaço de trabalho comum das DG IPOL e EXPO, no processo a que se referem. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

A base de dados CONNECT permite aos relatores, aos deputados, aos assistentes e ao pessoal dos secretariados das comissões, bem como a todas as partes interessadas externas, ter uma panorâmica atualizada e abrangente de todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais a qualquer momento relativos a um determinado processo legislativo. Em 2020, foram apresentados, no total, 232 documentos: 115 (49,5 %) no âmbito do controlo da subsidiariedade previsto no Protocolo n.º 2, e 117 (50,5 %) no quadro do Diálogo Político Informal.

No final de 2020, encontravam-se cerca de 6 000 documentos (pareceres fundamentados e contributos) dos parlamentos nacionais da UE na base de dados CONNECT. Cerca de 60 % foram apresentados no âmbito do controlo da subsidiariedade, previsto no Protocolo n.º 2, e 40 % no quadro do Diálogo Político Informal.

Principais desenvolvimentos em 2020:

- Foram efetuadas algumas pequenas melhorias, o que resultou numa versão atualizada da base de dados CONNECT.

30 <https://europarl.europa.eu/relnatpar/en/subsidiarity-and-ipd/welcome>

7.3 Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

O diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Também contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu. As informações relativas aos parlamentos nacionais contidas no diretório são fornecidas pelos representantes permanentes dos parlamentos nacionais da UE com sede em Bruxelas.

Na sequência da adoção de uma resolução, em maio de 2009³¹, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais (relator: Elmar Brok), o Regimento do Parlamento Europeu

CORCOM

foi revisto em conformidade e prevê agora que «uma comissão pode encetar diretamente um diálogo com os parlamentos nacionais a nível de comissões, dentro dos limites das dotações orçamentais reservadas para esse efeito. Este diálogo pode incluir formas adequadas de cooperação pré-legislativa e pós-legislativa» (artigo 150.º, n.º 3, do Regimento).

A aplicação CorCom está constantemente a ser melhorada para ir ao encontro das necessidades em constante evolução dos utilizadores. Tornou-se uma aplicação baseada na Web³², muito mais fácil de utilizar e equipada com um conjunto de novas funcionalidades. O número médio de visualizações mensais é de 392. A base de dados também começou a ser atualizada após a criação de novas comissões parlamentares no Parlamento Europeu em 2020.

31 [Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de maio de 2009, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa \(https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2009-0388&language=PT&ring=A6-2009-0133\)](https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2009-0388&language=PT&ring=A6-2009-0133)

32 A CorCom destina-se exclusivamente a uso interno. Encontra-se disponível na Intranet do Parlamento Europeu.

7.4 Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais é responsável por uma série de publicações.

A «Weekly Agenda» fornece informações sobre as atividades que envolvem os parlamentos nacionais, com vista a aumentar a transparência e a visibilidade das inúmeras atividades interparlamentares realizadas.

A «State of Play Note» mensal fornece informações sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados pelos parlamentos nacionais no âmbito do Protocolo n.º 2.

A «Spotlight on Parliaments in Europe» sintetiza informações sobre as questões específicas de atualidade que foram debatidas entre os parlamentos da rede CEIDP.

Em 2020, a Direção preparou publicações sobre os seguintes temas:

- Crianças refugiadas e migrantes desaparecidas na Europa;
- Informações relacionadas com a COVID-19 sobre a adaptação das atividades parlamentares; a perspetiva de sessões e de votações à distância; medidas preventivas e sanitárias nos parlamentos; legislação e medidas jurídicas de emergência; restrições ao direito de manifestação; e ponto da situação quanto às medidas nos parlamentos;
- controlo parlamentar do Conselho Europeu.

A «Weekly Agenda» é enviada por correio eletrónico às sextas-feiras a todos os deputados e serviços do Parlamento Europeu. Em 2020, foram enviadas 34 «Weekly Agenda». A publicação abrange os eventos interparlamentares das duas semanas seguintes, como as conferências interparlamentares, as reuniões interparlamentares de comissões e as visitas bilaterais. As informações disponibilizadas incluem a data, o local, os deputados ao Parlamento Europeu e os serviços do Parlamento participantes.

A Direção também produz mensalmente uma «State of Play Note» sobre os pareceres fundamentados e os contributos apresentados pelos parlamentos nacionais (ver capítulo 5.1.3).³³

Todas as publicações³⁴ estão disponíveis no sítio Web da Direção, que disponibiliza informações sobre as atividades e publicações futuras da Direção³⁵.

Em 2020, a Direção começou a introduzir uma nova identidade visual nas suas publicações e ferramentas de comunicação.

33 <https://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/subsidiarity-and-ipd/state-of-play-note>

34 <https://europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/publications>

35 <https://europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/news>

8. DIREÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS

O ano de 2020 foi muito complicado e quase todas as partes tiveram de se adaptar às novas realidades nos seus ambientes de trabalho. Como é claro, a situação não foi diferente para a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais. A Direção adaptou rapidamente o seu trabalho às circunstâncias específicas, a fim de prestar um apoio de elevada qualidade aos deputados ao Parlamento Europeu e a muitos dos seus parceiros. Adaptou-se sempre que necessário para continuar a desenvolver a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE e a prestar assistência a numerosos eventos interparlamentares.

A Direção presta apoio às atividades interparlamentares, contribui para a implementação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar e funciona como um centro de conhecimento que reúne informação sobre os parlamentos nacionais da UE. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais da UE em Bruxelas e mantém ligações estreitas com as respetivas administrações.

A Direção agradece o apoio contínuo do secretário-geral e do secretário-geral adjunto, bem como de todos os serviços das direções-gerais do Parlamento Europeu com quem coopera. Os serviços informáticos e de conferências foram particularmente solicitados e foram muito úteis para as atividades da Direção este ano.

Diretora: **Katrin Ruhmann**

A Direção é composta por duas unidades:

- Unidade de Cooperação Institucional

Os domínios de competência da Unidade de Cooperação Institucional incluem a cooperação multilateral regulamentada, ou seja, a Conferência dos presidentes dos parlamentos da UE, as reuniões dos secretários-gerais dos parlamentos da UE e a COSAC. A Unidade também lida com as redes estabelecidas, nomeadamente o IPEX e o CEIDP, e gere a cooperação com a DG EXPO, a coordenação dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» e as visitas de desenvolvimento de capacidades.

Chefe de Unidade: **Pekka Nurminen**

- Unidade do Diálogo Legislativo

A Unidade do Diálogo Legislativo é essencialmente responsável pelo diálogo político e legislativo com os parlamentos nacionais. Planeia, coordena e organiza reuniões interparlamentares a nível das comissões, incluindo reuniões interparlamentares de comissões, a Semana Parlamentar Europeia e o GCPC da Europol. Também assegura o controlo da observância do princípio da subsidiariedade e o seguimento, com os relatores e as comissões, da aplicação do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação

dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A Unidade também organiza seminários temáticos que reúnem as administrações do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais e é responsável pelas bases de dados CONNECT e CorCom.

Chefe de Unidade: **Jesús Gómez**

O presente relatório, bem como outras informações sobre as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais da UE, pode ser consultado no sítio Web do Parlamento Europeu:

<https://europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/annual-reports>

ANEXO

ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores em 2020

Evento da COSAC	Local, data	Temas	Principais oradores/intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos presidentes	Zagrebe, 19-20 de janeiro de 2020	I – Prioridades da Presidência croata do Conselho da UE II – União Europeia, parlamentos nacionais e COSAC na nova legislatura	Mairead McGuinness, Primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu
Troika presidencial da COSAC	Videoconferência, 20 de maio de 2020	Preparação da reunião extraordinária dos presidentes da COSAC de 16 de junho de 2020	
Reunião extraordinária dos presidentes da COSAC (em substituição da reunião plenária da LXIII COSAC, cancelada)	Principais oradores/intervenientes do Parlamento Europeu	I – Uma resposta europeia comum ao surto de coronavírus e as repercussões no quadro financeiro plurianual 2021-2027 II – Conferência sobre o Futuro da Europa	Jan Olbrycht, Deputado ao Parlamento Europeu, correlator sobre o QFP Mairead McGuinness, Primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu
Troca informal de pontos de vista com o negociador principal da UE, Michel BARNIER	Videoconferência, 26 de junho de 2020	Ponto da situação sobre as negociações do Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido	
Troika presidencial da COSAC	Videoconferência, 13 de julho de 2020	Preparação da reunião dos presidentes da COSAC de 14 de setembro de 2020	
Reunião dos presidentes	Videoconferência, 14 de setembro de 2020	I – Relatório do Governo Federal alemão sobre as prioridades da Presidência alemã II – As consequências económicas e sociais da pandemia de COVID-19 e os ensinamentos tirados	

Troca informal de pontos de vista com o negociador principal da UE, Michel BARNIER	Videoconferência, 17 de setembro de 2020	Ponto da situação sobre as negociações do Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido	
Troca informal com a Vice-Presidente da Comissão Věra JOUROVÁ e o Comissário Didier REYNDERS	Videoconferência, 29 de outubro de 2020	Primeiro relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito	
Troca informal de pontos de vista com a Vice-Presidente Executiva da Comissão, Margrethe VESTAGER	Videoconferência, 23 de novembro de 2020	Análise das políticas de concorrência, da estratégia industrial e da transformação digital	
Troika presidencial da COSAC	Videoconferência, 27 de novembro de 2020	Preparação da reunião virtual da COSAC de 30 de novembro e 1 de dezembro de 2020	
Reunião virtual da COSAC (em substituição da reunião plenária da LXIV COSAC)	Videoconferência, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2020	<p>I – Recomeço das relações transatlânticas?</p> <p>II – Ensinaamentos da crise do coronavírus – cooperação na UE em caso de pandemias e no domínio dos cuidados de saúde</p> <p>III – Análise da Presidência alemã da UE</p> <p>IV – O futuro da União Europeia</p> <p>V – O papel da Europa no mundo – uma parceria responsável com África</p>	

Para informações mais pormenorizadas sobre as ordens do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio Web do IPEX: www.ipex.eu

ANEXO II – Reuniões interparlamentares de comissões e conferências interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu em Bruxelas em 2020

				Número de participantes:			
Data	Comissão do PE	Evento		Parlamentos nacionais			Parlamento Europeu
		Tipo de reunião	Título da reunião	Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
18-19 de fevereiro de 2020	ECON EMPL BUDG	Semana Parlamentar Europeia: • Conferência sobre o Semestre Europeu	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia	111	28	34	Dia 1 da sessão plenária: 17 Dia 2 da sessão plenária: 12 Reunião interparlamentar da Comissão ECON: 12 Reunião interparlamentar da Comissão BUDG: 7 Reunião interparlamentar da Comissão EMPL: 30
28-29 de setembro de 2020	LIBE	Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol	Sétimo Grupo De Controlo Parlamentar Conjunto da Europol	72	25	36	Presença física: 6 Ligação à distância: 9
27 de outubro de 2020	JURI	Reunião interparlamentar de comissões	Legislar melhor na perspetiva digital	38	26	27	Presença física: 3 Ligação à distância: 4
10 de novembro de 2020	LIBE	Reunião interparlamentar de comissões	O primeiro relatório anual da Comissão sobre o Estado de Direito e o papel dos Parlamentos nacionais	51	23	31	Presença física: 2 Ligação à distância: 18
19 de novembro de 2020	LIBE DEVE	Conferência Interparlamentar de Alto Nível	Migração e asilo na Europa	71	24	32	Presença física: 4 Ligação à distância: 40
1 de dezembro de 2020	LIBE	Reunião interparlamentar de comissões	Avaliação das atividades da Eurojust	46	26	32	Presença física: 3 Ligação à distância: 20
2 de dezembro de 2020	AFET	Reunião interparlamentar de comissões	Balcãs Ocidentais: 25 anos após os Acordos de Dayton Uma resposta coesa da UE para apoiar a mudança democrática na Bielorrússia	56	26	32	Presença física: 4 Ligação à distância: 45
Número total de participantes				445			236

ANEXO III – Visitas dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu em 2020 (incluindo videoconferências organizadas pela Direção)

Data(s)	País e Câmara	Visitante	Representante do PE com quem o visitante se reuniu	Tipo de visita	Número de deputados participantes	Número de membros do pessoal participantes
8 e 9 de janeiro de 2020	REINO UNIDO – House of Commons	Pessoal	Deputada Nethsingha, pessoal do PE	Pessoal	0	13
20 de janeiro de 2020	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Comissão Permanente dos Assuntos Sociais e do Emprego	Deputada Jongerius, Deputado Lenaers, Deputada Van Sparrentak	Deputados	5	6
21 de janeiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputada Crouzet	Deputado Decerle	Deputados	1	2
22 e 23 de janeiro de 2020	REINO UNIDO – House of Commons	Pessoal	Pessoal do PE	Pessoal	0	13
22 de janeiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputados Gouttefarde e de Ganay	Deputada Nethsingha, Presidente da Comissão JURI	Deputados	2	
23 de janeiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputadas Bono-Vandorme e Deprez-Audebert	Deputada Verheyen, Deputado Zver	Deputados	2	
28 de janeiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputada Janvier e Deputado Pueyo	Deputada Loiseau, Presidente da Subcomissão SEDE	Deputados	2	1
28 e 29 de janeiro de 2020	REINO UNIDO – House of Commons	Pessoal	Deputada Loiseau, Presidente da Subcomissão SEDE, Deputado Hannan e Deputada In 't Veld	Pessoal	0	10
29 de janeiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputada Vichnievsky e Deputado Gosselin	Deputado Didier	Deputados	2	1
4 de fevereiro de 2020	ALEMANHA – Bundestag	Comissão dos Assuntos da União Europeia	Deputado Wieland, Vice-Presidente, Deputado Simon, Deputada Bischoff, Deputado Freund, Deputada Beer, Deputado Scholz, Deputado Beck	Deputados	29	9
5 e 6 de fevereiro de 2020	NORUEGA – Storting	Visita de deputados ao Parlamento	Deputada Auken, Deputado Federley, Deputada Schaldemose, Deputado Kohut e Deputado Danielsson	Deputados	12	3

6 de fevereiro de 2020	FINLÂNDIA – Eduskunta	Comissão dos Assuntos Externos	Deputados da Comissão AFET	Deputados	8	1
11 a 13 de fevereiro de 2020	FINLÂNDIA – Eduskunta	Deputado Kärnä	Deputada Kumpula-Natrin, Deputado Pekkarinen	Deputados	1	1
17 de fevereiro de 2020	PAÍSES BAIXOS – Tweede Kamer	Comissão Permanente da Justiça e da Segurança	Deputado Azmani, Deputada In't Veld, Deputado Lenaers, Deputada Sippel	Deputados	4	4
17 de fevereiro de 2020	ROMÉLIA – Camera Deputatilor	Presidente	Presidente Sassoli	Presidente	1	4
20 de fevereiro de 2020	FRANÇA – Assemblée Nationale	Deputado Degois	Deputado Canfin, Presidente da Comissão ENVI	Deputados	1	2
2 e 3 de março de 2020	FINLÂNDIA – Eduskunta	Visita de estudo de deputados	Deputada Katainen, Deputado Heinäluoma, Deputado Hakkarainen, Deputado Torvalds, Deputada Hautala e pessoal do PE	Deputados	10	7
20 de novembro de 2020	GRÉCIA – Parlamento grego	Presidente da Comissão da Defesa Nacional e dos Assuntos Externos (videoconferência)	Deputada Loiseau, Presidente da Subcomissão SEDE	Deputados	1	
1 de dezembro de 2020	GRÉCIA – Parlamento grego	Presidente da Comissão da Defesa Nacional e dos Assuntos Externos (videoconferência)	Deputado McAllister, Presidente da Comissão AFET	Deputados	1	
15 de dezembro de 2020	PORTUGAL – Assembleia da República	Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus (videoconferência)	Deputada Metsola, Vice-Presidente	Deputados	1	
16 de dezembro de 2020	LITUÂNIA – Seimas	Presidente da Comissão dos Assuntos Externos (videoconferência)	Deputado McAllister, Presidente da Comissão AFET	Deputados	1	
23 de dezembro de 2020	POLÓNIA – Senat	Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus (videoconferência)	Deputada Metsola, Vice-Presidente	Deputados	1	

ANEXO IV – Dados sobre o sistema de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- «**Pareceres fundamentados**» são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 dos Tratados.
- «**Contributos**» designam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos.

Documentos recebidos dos parlamentos nacionais em 2020			
		Pareceres fundamentados	Contributos
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	2020	2020
Áustria	Nationalrat	0	0
Áustria	Bundesrat	1	1
Bélgica	Chambre des Représentants	0	0
Bélgica	Sénat	0	0
Bulgária	Narodno Sabranie	0	0
Croácia	Hrvatski Sabor	0	0
Chipre	Vouli ton Antiprosópon	0	0
Chéquia	Poslanecká sněmovna	1	3
Chéquia	Senát	0	7
Dinamarca	Folketinget	1	0
Estónia	Riigikogu	0	0
Finlândia	Eduskunta	0	0
França	Assemblée Nationale	0	8
França	Sénat	1	1
Alemanha	Bundestag	0	0
Alemanha	Bundesrat	0	5
Grécia	Vouli ton Ellinon	0	4
Hungria	Országgyűlés	5	0
Irlanda	Houses of Oireachtas	0	0
Itália	Camera dei deputati	0	8
Itália	Senato	0	5
Lituânia	Seimas	0	0
Luxemburgo	Chambre des Députés	0	0
Letónia	Saeima	0	0
Malta	Kamra tar-Rappreżentanti	1	0
Países Baixos	Tweede Kamer	0	0
Países Baixos	Eerste Kamer	1	1
Polónia	Sejm	0	0
Polónia	Senat	0	1

Portugal	Assembleia da República	0	26
Roménia	Camera Deputaţilor	0	0
Roménia	Senat	0	8
Espanha	Congreso / Senado	0	32
Suécia	Riksdagen	2	0
Eslovénia	Državni Zbor	0	0
Eslovénia	Državni Svet	0	0
Eslováquia	Národná rada	0	1
Reino Unido	House of Commons	0	0
Reino Unido	House of Lords	0	0
TOTAL		13	111

ANEXO V – Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 – Diálogo Político Informal

Este quadro enumera os documentos dos parlamentos nacionais da UE enviados em resposta a projetos de ato legislativo que são da competência exclusiva da UE, bem como a uma grande variedade de documentos não legislativos, como Livros Verdes/Branco ou comunicações da Comissão Europeia abrangidos pelo Protocolo n.º 1 do TFUE.

Contributos recebidos dos parlamentos nacionais em 2020		
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Contributos
Chéquia	CZ Senát	26
Roménia	RO Senat	24
Roménia	RO Camera Deputaţilor	23
Chéquia	CZ Poslanecká sněmovna	19
França	FR Sénat	17
Alemanha	DE Bundesrat	17
Itália	IT Camera dei Deputati	15
Portugal	PT Assembleia da República	12
Países Baixos	NL Eerste Kamer	7
França	FR Assemblée Nationale	5
Alemanha	DE Bundestag	3
Lituânia	LT Seimas	3
Áustria	AT Nationalrat	2
Bélgica	BE Sénat/Senaat	2
Polónia	PL Sejm	2
Croácia	HR Hrvatski Sabor	1
Dinamarca	DK Folketing	1
TOTAL		179

ANEXO VI – Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2020 através de pedidos comparativos

- Aplicação do Regulamento Dublin III
- Requisitos constitucionais previstos nos Estados-Membros para aprovar alterações ao Ato Eleitoral Europeu (artigo 224.º do TFUE)
- Participação dos parlamentos dos Estados-Membros em atividades de reforço das capacidades nos países dos Balcãs Ocidentais, na Moldávia, na Geórgia, na Ucrânia e na Tunísia
- Despesas de viagem dos deputados – cartão personalizado para táxis oferecido pelo Parlamento espanhol
- Assistência administrativa às comissões competentes em matéria orçamental
- Obstáculos à livre circulação das famílias arco-íris
- Questionário sobre a eficiência da rede CEIDP
- Possibilidade de apresentar petições ou pedidos ao Parlamento em linguagem gestual
- Políticas em matéria de deficiência nos parlamentos nacionais
- Aplicação dos requisitos da UE em matéria de intercâmbio de informações fiscais
- Iniciativas em matéria de atenção plena (mindfulness) nos parlamentos nacionais
- Gestão financeira dos grupos de visitantes de parlamentos nacionais

B. O Parlamento Europeu respondeu a pedidos de outros parlamentos membros do CEIDP sobre os seguintes temas:

- Votação eletrónica, na prática
- Titulares de cargos políticos/públicos: participação em organizações secretas ou «discretas»
- Direitos a licença de paternidade das minorias sexuais
- Atribuição do tempo de uso da palavra nas reuniões plenárias
- Sistema de gestão de eventos
- Utilização do YouTube no Parlamento
- Demissão de deputados ao Parlamento
- Autonomia financeira dos parlamentos
- Cumprimento das regras orçamentais
- Juramentos e gestos
- Medidas cautelares tomadas nas instalações do Parlamento para prevenir a possível propagação da COVID-19
- Interjeições em transcrições
- Transcrição das atas das sessões plenárias e das comissões parlamentares
- Processo de edição de publicações de investigação acessíveis ao público
- Sessões e votação à distância
- Utilização de soluções de conversão de voz em texto
- Medidas adicionais tomadas nas instalações do Parlamento para evitar a propagação da COVID-19
- Adaptação da atividade parlamentar ao surto de COVID-19
- Presença dos deputados no Parlamento – regras, registos e sanções em caso de não comparência

- Intervenções dirigidas ao Presidente no início dos discursos no Parlamento
- COVID-19: Apoio aos parlamentos no domínio das TIC
- Alterações ao Regimento relacionadas com o surto de COVID-19
- COVID-19 – disposições preventivas relacionadas com o trabalho/pessoal do parlamento
- Procedimentos de desinfeção de veículos que circulam e transportam mercadorias para a alfândega
- Clubes parlamentares, limiares eleitorais e coligações pré-eleitorais
- Regimes jurídicos relativos à emergência sanitária na Europa
- Apoio à cultura e restrições no que respeita às escolas secundárias devido ao surto de coronavírus
- Serviços de assistência à filmagem e à radiodifusão
- Prestação de serviços médicos de emergência ao Parlamento
- Testar os deputados e o pessoal do parlamento à COVID-19
- Organização da interpretação em videoconferências internacionais/multilingues
- Bibliotecas parlamentares – utilização de documentos impressos e serviços digitais
- Análise de género do orçamento parlamentar
- Publicação online do património dos deputados
- Atividades parlamentares durante o período de COVID-19
- Normas e metodologia para o estudo da opinião pública durante os períodos eleitorais
- Taxas regulamentares aplicáveis a recursos naturais em caso de força maior
- Alterações na legislação eleitoral em resultado da pandemia de COVID-19
- Lei sobre os meios de comunicação audiovisuais
- Precauções contra a COVID-19 e reuniões parlamentares
- Divulgação pública de fraude alimentar e adulteração de alimentos
- Impacto da pandemia de COVID-19 nos governos infranacionais (regiões autónomas, municípios, etc.)
- Digitalização dos processos parlamentares e equipamentos técnicos pertinentes
- Gravações audiovisuais de interrogatórios
- Doação de órgãos e tecidos humanos e transplante
- Conflitos de interesses dos representantes da administração local
- Verificação oficial dos perfis dos deputados ou dos grupos políticos nas redes sociais
- Sanções à disposição dos parlamentos contra os deputados
- Poderes das comissões parlamentares de inquérito e desrespeito
- Políticas dos governos relativas aos refugiados e às pessoas deslocadas internamente nas suas regiões de origem desde 2017
- Legislação e prática no que toca à hesitação em vacinar
- Turismo de saúde
- Arquivos – armazenamento e entrega
- Máscaras faciais no Parlamento – deputados, funcionários e visitantes
- Venda de álcool na Internet
- Instituições criadas pelos parlamentos
- Iniciativas de cidadania, incluindo questões relacionadas com direitos de propriedade intelectual
- Estatuto dos deputados ao Parlamento
- Integração e orientação de novos trabalhadores nos serviços parlamentares de biblioteca e de estudos

- Sessões plenárias e atividades parlamentares durante a COVID-19
- Medidas penais – cidadãos estrangeiros, crianças e pessoas não imputáveis
- Teletrabalho para o pessoal do Parlamento
- Relações de investigação com organismos de estudo não parlamentares
- Regras para o corte raso e a extração de madeira
- Acesso ao plenário
- Terras agrícolas abandonadas
- Regulamentação do nível de ruído no que diz respeito aos edifícios religiosos
- Requisitos legais para o exercício de uma atividade legal
- Ponto da situação no que respeita a medidas contra a COVID-19 nos parlamentos
- Sistemas de atribuição e gestão de documentos para a administração de pedidos ao serviço de estudos
- Sistemas telefónicos dos deputados ao Parlamento
- Avaliação do impacto do género na documentação parlamentar
- Âmbito da inviolabilidade parlamentar – desenvolvimentos recentes
- Procedimento Renegade
- Objetivos de desenvolvimento sustentável e Parlamento
- Recursos informáticos para os deputados
- Procedimentos internos da administração parlamentar relativos ao fornecimento de informações pessoais dos deputados aos meios de comunicação social
- Recursos humanos e serviços prestados em unidades de estudos parlamentares
- Apresentação de propostas legislativas no Parlamento
- Candidatos independentes e direito a participar em determinados tipos de eleições

C. Seminários e reuniões estatutárias do CEIDP em 2020

SEMINÁRIOS		
Seminário online – «Parliamentary privilege and the General Data Protection Regulation» [Privilégio parlamentar e Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados] (domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares)	Viena (online)	15 de junho de 2020
Seminário online – «Parliaments and constitutional law – parliaments and constitutional courts» [Parlamentos e Direito Constitucional – parlamentos e tribunais constitucionais] (domínio de interesse: práticas e procedimentos parlamentares)	Viena (online)	12-13 de novembro de 2020
Seminário online – «Parliamentary research in crisis mode: corona, comeback, change» [Investigação parlamentar em modo de crise: corona, regresso à normalidade, mudança] (domínio de interesse: bibliotecas, serviços de estudos e arquivos)	Bruxelas, Parlamento Europeu (online)	12-13 de novembro de 2020

SESSÕES ESTATUTÁRIAS

Reunião virtual do Comité Executivo	Estrasburgo, PACE (online)	26 de maio de 2020
Reunião virtual do Comité Executivo	Estrasburgo, PACE (online)	1 de julho de 2020
Reunião virtual do Comité Executivo	Helsinki, Eduskunta (online)	25 de setembro de 2020
Conferência anual virtual dos correspondentes	Skopje, Sobranie (online)	22 de outubro de 2020

Glossário de termos e acrónimos

AFCO: Comissão dos Assuntos Constitucionais, Parlamento Europeu.

AFET: Comissão dos Assuntos Externos, Parlamento Europeu.

BUDG: Comissão dos Orçamentos, Parlamento Europeu.

CORCOM: Diretório de correspondência entre comissões. Um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu.

COSAC: Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União. Conferência, organizada em conformidade com o Tratado, de deputados ao Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos nacionais membros de comissões parlamentares responsáveis pelos assuntos da União Europeia.

RBA COSAC: Relatório bianual da COSAC. Um documento extenso baseado num questionário enviado a todos os parlamentos nacionais da UE e ao Parlamento Europeu sobre problemas atuais no domínio dos assuntos da UE.

DEVE: Comissão do Desenvolvimento, Parlamento Europeu.

DG EXPO: Direção-Geral das Políticas Externas da União, Secretariado-Geral do Parlamento Europeu.

GEFC: Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

CEIDP: Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares Rede de intercâmbio de informações para as administrações dos parlamentos na Europa, que funciona com base em pedidos comparativos.

ECON: Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, Parlamento Europeu.

EMPL: Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, Parlamento Europeu.

PE: Parlamento Europeu.

SPE: Semana Parlamentar Europeia. A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) e a Conferência do Semestre Europeu juntam deputados de toda a União Europeia para debater questões económicas, orçamentais e sociais.

Eurojust: Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal.

Europol: Agência da União Europeia responsável pela aplicação da lei.

CPPUE: Conferência dos presidentes dos parlamentos da União Europeia. Reunião anual dos presidentes dos parlamentos dos Estados-Membros da UE, organizada pelo Parlamento do país que exercia a presidência do Conselho da UE no outono anterior.

SAP: Sistema de Alerta Precoce. Um mecanismo de revisão previsto no Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa e que diz respeito à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Permite que os parlamentos nacionais enviem um parecer fundamentado aos presidentes das instituições.

RIC: Reunião Interparlamentar de Comissões. Reuniões coorganizadas pelo(s) secretariado(s) da(s) comissão(ões) e pela Unidade de Diálogo Legislativo da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu. As RIC servem de fórum de diálogo entre os deputados dos parlamentos nacionais e os deputados ao Parlamento Europeu.

CIP PESC/PCSD: Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa. Plataforma interparlamentar para o debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da UE. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a presidência do Conselho da UE, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu.

DPI: Diálogo político informal. Os contributos dos parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1 aos Tratados, que comentam os dossiês legislativos da competência exclusiva da UE, bem como documentos não legislativos, tais como livros brancos ou comunicações da Comissão Europeia.

IPEX: Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia. Plataforma para o intercâmbio mútuo de documentos e informações relacionados com a UE entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

GCPC: Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol. Grupo de controlo interparlamentar que assegura a plena responsabilização e a transparência da Europol. O GCPC reúne duas vezes por ano: uma vez no parlamento do país que exerce a presidência do Conselho da UE e outra no Parlamento Europeu.

JURI: Comissão dos Assuntos Jurídicos, Parlamento Europeu.

LIBE: Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, Parlamento Europeu.

QFP: Quadro financeiro plurianual. O quadro de sete anos que regula o orçamento anual da União Europeia.

DP: Deputados dos parlamentos (nacionais).

DPE: Deputados ao Parlamento Europeu.

CEP: Cooperação estruturada permanente no domínio da política de segurança e defesa, estabelecida por decisão do Conselho a 11 de dezembro de 2017, com 25 Estados-Membros. Proporciona um quadro jurídico para planejar, desenvolver e investir conjuntamente em projetos de capacidades partilhadas e reforçar a prontidão operacional e o contributo das forças armadas.

PAPP: Programas de apoio ao Parlamento na Presidência. Programa específico para a organização da dimensão parlamentar das futuras Presidências dos Estados-Membros da UE e para a partilha de práticas de excelência com os respetivos parlamentos.

Spotlight: Publicações relacionadas com sínteses de procedimentos ou práticas parlamentares e baseadas nas respostas aos pedidos enviados à rede CEIDP.

TUE: Tratado da União Europeia.

TFUE: Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Dezembro de 2020



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

<p> Belgique/België/ Belgien BÉLGICA</p> <p>Kamer van volksvertegenwoordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordnetenversammlung 150 </p> <p>Senaat/ Sénat/ Senat 60 </p>	<p> България BULGÁRIA</p> <p>Народно събрание (Narodno sabranie) 240 </p>	<p> Česká republika REPÚBLICA CHECA</p> <p>Poslanecká sněmovna 200 </p> <p>Senát 81 </p>	<p> Danmark DINAMARCA</p> <p>Folketinget 179 </p>
<p> Deutschland ALEMANHA</p> <p>Deutscher Bundestag 709 </p> <p>Bundesrat 69 </p>	<p> Eesti ESTÓNIA</p> <p>Riigikogu 101 </p>	<p> Éire/Ireland IRLANDA</p> <p>Dáil Éireann 160 </p> <p>Seanad Éireann 60 </p>	<p> Ελλάδα GRÉCIA</p> <p>Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) 300 </p>
<p> España ESPANHA</p> <p>Congreso de los Diputados 350 </p> <p>Senado 208 </p> <p>57 </p>	<p> France FRANÇA</p> <p>Assemblée nationale 577 </p> <p>Sénat 348 </p>	<p> Hrvatska CROÁCIA</p> <p>Hrvatski sabor 151 </p>	<p> Italia ITÁLIA</p> <p>Camera dei Deputati 629 </p> <p>Senato della Repubblica 315 </p> <p>6 </p>
<p> Κύπρος CHIPRE</p> <p>Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) 56 </p>	<p> Latvija LETÓNIA</p> <p>Saeima 100 </p>	<p> Lietuva LITUÂNIA</p> <p>Seimas 141 </p>	<p> Luxembourg LUXEMBURGO</p> <p>Chambre des Députés 60 </p>
<p> Magyarország HUNGRIA</p> <p>Országgyűlés 199 </p>	<p> Malta MALTA</p> <p>Il-Kamra Tad-Deputati 67 </p>	<p> Nederland PAÍSES BAIXOS</p> <p>Tweede Kamer 150 </p> <p>Eerste Kamer 75 </p>	<p> Österreich ÁUSTRIA</p> <p>Nationalrat 183 </p> <p>Bundesrat 61 </p>
<p> Polska POLÓNIA</p> <p>Sejm 460 </p> <p>Senat 100 </p>	<p> Portugal PORTUGAL</p> <p>Assembleia da República 230 </p>	<p> România ROMÉNIA</p> <p>Camera Deputatilor 330 </p> <p>Senat 136 </p>	<p> Slovenija ESLOVÉNIA</p> <p>Državni zbor 90 </p> <p>Državni svet 40 </p>
<p> Slovensko ESLOVÁQUIA</p> <p>Národná Rada 150 </p>	<p> Suomi/ Finland FINLÂNDIA</p> <p>Eduskunta 200 </p>	<p> Sverige SUÉCIA</p> <p>Riksdagen 349 </p>	



RELNATPARL@EP.EUROPA.EU
WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL/EN/HOME.HTML

